

Economia em Debate

nº 253

(03/05/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

BC fará intervenção para conter dólar

O Estado de S. Paulo - 03/05/2018

O Banco Central decidiu agir para amenizar a disparada do dólar. Após a alta de mais de 7% da moeda americana na comparação com o real no último mês, a instituição anunciou que passará a atuar a partir de hoje no mercado futuro para “suavizar movimentos no mercado de câmbio”.

A intervenção ocorrerá por meio dos contratos de “swap” – transação financeira que equivale à oferta de dólares. A última ação do BC para conter movimentos da moeda foi em maio de 2017, quando gravações de Joesley Batista aumentaram a volatilidade no mercado.

O anúncio de que o BC voltará a agir foi divulgado no início da noite de ontem, após a moeda subir 1,55% e fechar o primeiro dia de negócios de maio em R\$ 3,5518. Hoje, o BC oferecerá aos investidores até US\$ 445 milhões em um leilão.

O BC tem realizado leilões de swap ao longo dos últimos meses para renovar contratos antigos que estavam próximos de vencer. Ou seja, o BC apenas alongou operações existentes. A partir desta quinta, a ação muda porque o BC poderá oferecer volume de dólar superior ao vencimento dos contratos antigos. Em outras palavras, o volume de dólares do BC no mercado futuro vai aumentar.

Se o BC mantiver o ritmo da oferta de hoje, até o fim do mês terá oferecido US\$ 8,445 bilhões ao mercado. O valor é US\$ 2,795 bilhões superior ao próximo vencimento dos swaps, em 1.º de junho. Não há, porém, nenhuma garantia de que a oferta seguirá esse padrão. Um gestor de moedas de um banco estrangeiro considerou o montante extra como uma “intervenção pequena”. Ele reconhece, porém, que o mais relevante no momento é a sinalização ao mercado de que, agora, o BC começou a agir.

Nas últimas semanas, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, vinha afirmando que o BC seguia monitorando o câmbio para evitar exageros. Ele advertia o mercado de que o câmbio é flutuante e a autoridade tem munição – reservas internacionais e estoque de swap cambial, além de ofertas de linhas de dólares, se for necessário.

Fluxo. Na semana em que o mercado acionário brasileiro comemorou dois lançamentos de ações, US\$ 4,3 bilhões entraram no País. Entre 23 e 27 de abril, duas operadoras de saúde – o grupo NotreDame Intermédica e a Hapvida – lançaram ações na bolsa paulista e exportadores continuaram com firme volume embarcado.

Aprovado pagamento de calote da Venezuela e de Moçambique

O Estado de S. Paulo - 03/05/2018

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite a abertura de crédito de R\$ 1,164 bilhão para cobrir o calote dos governos da Venezuela e de Moçambique com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Credit Suisse. O pagamento, que vence no dia 8, poderá ser feito graças a um cancelamento, no mesmo valor, na previsão de gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com o seguro-desemprego. O projeto agora vai à sanção presidencial.

A abertura do crédito suplementar é necessária porque o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), vinculado ao Ministério da Fazenda, é o avalista das operações. Embora o FGE tenha o dinheiro para cobrir a inadimplência dos dois países, a despesa não está prevista no Orçamento, o que impede o desembolso. Além disso, há a trava do teto de gastos, que exige o cancelamento de outras despesas para que a cobertura do calote entre no lugar. O projeto serve para incluir essa previsão legal e adequar o gasto ao teto.

Mais de duas horas foram necessárias para que os governistas reunissem os 41 senadores exigidos como mínimo para iniciar a votação. O presidente do Casa, senador Eunício Oliveira (MDB-CE), ameaçou encerrar a sessão por volta das 20h30 se não houvesse quórum.

A base agiu para evitar que a oposição pedisse votação nominal no Senado – o que abriria novo painel e imporiria o desafio de reunir novamente 41 senadores –, e se antecipou pedindo a verificação na Câmara, que tinha quórum mais folgado e aprovou por 216 votos a 41, com seis abstenções. Dessa forma, a votação no Senado foi simbólica.

O não pagamento da dívida com BNDES e Credit Suisse poderia arranhar a imagem do Brasil no cenário internacional. Havia risco de o Brasil entrar em “default técnico”. Nessa situação, credores externos podem pedir quitação antecipada de dívidas do País. Poderia haver ainda rebaixamento da nota do Brasil pelas agências de classificação de risco e piora do risco país, medido pelas operações de Credit Default Swap (CDS).

Segundo os aliados, o não pagamento prejudicaria as exportações de empresas brasileiras, já que o FGE ficaria impedido de garantir novas operações com bancos até a regularização. Também poderia inviabilizar a participação de companhias nacionais em licitações no exterior.

Aliados fizeram ressalvas sobre as operações com Venezuela e Moçambique, firmadas durante o governo petista. O líder do PSDB na Câmara, Nilson Leitão (MT), cobrou que o Congresso quebre o sigilo dos financiamentos para que se saiba detalhes das operações. O deputado Bohn Gass (PT-RS) defendeu os

financiamentos e disse que a base governista “fala grosso com países pobres e fino com os Estados Unidos”.

Integrantes da oposição reclamaram do cancelamento de despesas com seguro-desemprego. De acordo com o Ministério do Planejamento, a mudança não trará prejuízos na execução desses gastos, uma vez que o remanejamento foi decidido com base em projeções de gastos menores com o benefício.

“Não se sabe se (a obra) está superfaturada ou não, não se sabe se lá também há esquema, não se sabe se lá há propina, o sigilo é total.” Nilson Leitão (MT)

Fortalecimento do dólar pressiona economia de países emergentes

O Estado de S. Paulo - 03/05/2018

O fortalecimento do dólar nos últimos meses começa a levantar preocupações em relação aos impactos nas economias de países emergentes, mais sensíveis ao humor do mercado global. Para analistas, países como Argentina, Turquia, Rússia e também o Brasil podem ser os mais afetados pelo movimento.

São esses os países onde o dólar mais vem se valorizando (ver quadro), no rastro da expectativa de um aumento maior dos juros nos Estados Unidos, por conta do aquecimento da economia – o que torna o mercado americano mais atrativo para os investidores. No Brasil, o dólar atingiu ontem R\$ 3,5518, o maior valor desde junho de 2016, o que levou o Banco Central a se decidir pela intervenção no mercado de câmbio (ver página B4).

“Os emergentes acabam mesmo sentindo mais os movimentos do exterior. Quando os Estados Unidos ‘espirram’, os mercados emergentes ‘ficam gripados’”, diz David Beker, chefe de economia e estratégia do Bank of America Merrill Lynch no Brasil. “No caso brasileiro, a gente acaba buscando explicações internas para dimensionar o impacto, mas o principal fator de valorização do dólar hoje é mesmo externo.”

O caso mais complicado, para analistas, é o da Argentina onde o dólar se valorizou 32,78% ante o peso nos últimos 12 meses. O economista Martín Redrado, ex-presidente do Banco Central argentino, credita 40% da corrida cambial a fatores externos e 60% a internos. Além da perspectiva de elevação da taxa de juros nos EUA – com a inflação se aproximando da meta de 2% –, questões domésticas, como os déficits fiscal e em conta-corrente e a inflação alta, desencadearam a desvalorização, diz. “É provável que o Banco Central volte a subir juros.”

Um relatório do Instituto Internacional de Finanças (IIF), formado pelos 500 maiores bancos do mundo e com sede em Washington, aponta que Argentina e Turquia são exatamente os emergentes “para se observar” neste momento, por conta dos déficits elevados.

A instituição alertou que a economia mundial passa por um período de mudanças e que o risco para emergentes aumenta. Em geral, esses países têm maior dependência de financiamento externo, que fica mais caro e mais difícil com os investidores preferindo buscar a segurança do mercado americano.

Transição. O Brasil é o quarto país em que o dólar mais se valorizou nos últimos 12 meses, segundo um levantamento da consultoria Econômica, feito a partir de uma cesta de 25 moedas. Durante o período, o dólar só se valorizou mais que o real na comparação com o peso argentino, a lira turca e o rublo.

Para o ex-diretor do BC Alexandre Schwartzman, há vulnerabilidades no Brasil que ajudam o real a perder valor, entre elas a própria transição política e a incerteza acerca das reformas. “É um processo global que também tem repercussão local. Não dá para descartar uma depreciação adicional, gerada internamente, quando a ficha cair de que a chance de um candidato reformista se eleger é baixa.”

A perspectiva de um ambiente de real desvalorizado, por um lado ajuda nas exportações, mas também prejudica as importações e pressiona preços. Se a volatilidade aumenta, o planejamento das empresas que exportam e compram do exterior também fica prejudicado.

Para o economista-chefe da Modalmais, Alvaro Bandeira, a situação do Brasil, contudo, é menos preocupante que a de outros emergentes, pelas reservas internacionais altas. “Elas são um colchão, apesar de ainda termos problemas fiscais que pressionam.”

Incertezas afetam gestão da dívida pública

O Estado de S. Paulo - 03/05/2018

O aumento das incertezas políticas em ano eleitoral parece dificultar a administração da dívida pública federal em títulos. Em março, houve uma ligeira diminuição dos prazos de vencimento da dívida, uma redução das aplicações de investidores estrangeiros e de pessoas físicas via Tesouro Direto e uma elevação do custo da dívida em moeda estrangeira, que se acentuou em abril.

O percentual de títulos vencíveis nos próximos 12 meses aumentou de 17,79% em fevereiro para 18,07% em março, segundo o Relatório Mensal da Dívida Pública Federal. O prazo médio da dívida também apresentou uma leve redução, de 4,27 anos em fevereiro para 4,25 anos em março. Isso significa que um elevado percentual da dívida terá vencido antes do término do próximo governo.

Os fundos de previdência foram os que mais venderam suas posições em títulos federais, que caíram de R\$ 844,4 bilhões em fevereiro (24,43% do total)

para R\$ 799,7 bilhões em março (22,8%). A queda foi ainda mais acentuada em relação a dezembro, quando a participação alcançou 25,46%.

No primeiro trimestre, as instituições previdenciárias diminuíram em quase R\$ 75 bilhões suas carteiras de papéis federais. Essa posição foi ocupada pelos fundos de investimento, que elevaram em cerca de R\$ 160 bilhões suas carteiras em papéis governamentais. Isso parece se dever à falta de emissões privadas em volume satisfatório. Os investidores estrangeiros mantiveram a política de redução – no caso, gradual – da participação na dívida mobiliária. Após se aproximar de 19% em 2015 e início de 2016, hoje o peso do investidor estrangeiro é de 11,8%.

O custo médio anual do estoque da dívida mobiliária vem caindo de forma expressiva, de 9,93% em fevereiro para 9,66% em março, mas a valorização do dólar de 2,43% em março provocou uma pequena elevação do custo da dívida em moeda estrangeira, de 12,09% em fevereiro para 12,19%. O custo médio das emissões da dívida mobiliária no mercado doméstico caiu de 9,12% em fevereiro para 8,8% em março.

A dívida mobiliária interna cresceu 1,47% entre fevereiro e março e atingiu R\$ 3,5 trilhões. O valor está nos limites do Plano Anual de Financiamento (PAF), dentro do esperado pelo governo, portanto. Mas não é confortável ter uma dívida crescente cujos prazos de vencimento encolhem, à espera de ajustes fiscais abrangentes.

Dólar valorizado pressiona economia de países emergentes

O Estado de S. Paulo - 03/05/2018

A valorização do dólar nos últimos meses levanta preocupações em relação aos impactos nos países emergentes. Para analistas, Argentina, Turquia, Rússia e Brasil podem ser os mais afetados. Esses são os países onde o dólar mais se valoriza, no rastro da expectativa de um aumento maior dos juros nos EUA, o que torna o mercado americano mais atrativo para investidores. O Fed (banco central americano) indicou que a inflação do país pode se aproximar de 2%, o que daria margem para uma alta maior dos juros. No Brasil, o dólar atingiu ontem R\$ 3,5518, o maior valor desde junho de 2016. O caso mais complicado, segundo analistas, é o da Argentina onde a moeda americana se valorizou 32,78% ante o peso em 12 meses. O Banco Central brasileiro decidiu agir e anunciou que passará a atuar a partir de hoje no mercado futuro para “suavizar movimentos no mercado de câmbio”.

O Banco Central decidiu agir para amenizar a disparada do dólar. Após a alta de mais de 7% da moeda americana na comparação com o real no último mês, a instituição anunciou que passará a atuar a partir de hoje no mercado futuro para “suavizar movimentos no mercado de câmbio”.

A intervenção ocorrerá por meio dos contratos de “swap” – transação financeira que equivale à oferta de dólares. A última ação do BC para conter movimentos da moeda foi em maio de 2017, quando gravações de Joesley Batista aumentaram a volatilidade no mercado.

O anúncio de que o BC voltará a agir foi divulgado no início da noite de ontem, após a moeda subir 1,55% e fechar o primeiro dia de negócios de maio em R\$ 3,5518. Hoje, o BC oferecerá aos investidores até US\$ 445 milhões em um leilão.

O BC tem realizado leilões de swap ao longo dos últimos meses para renovar contratos antigos que estavam próximos de vencer. Ou seja, o BC apenas alongou operações existentes. A partir desta quinta, a ação muda porque o BC poderá oferecer volume de dólar superior ao vencimento dos contratos antigos. Em outras palavras, o volume de dólares do BC no mercado futuro vai aumentar.

Se o BC mantiver o ritmo da oferta de hoje, até o fim do mês terá oferecido US\$ 8,445 bilhões ao mercado. O valor é US\$ 2,795 bilhões superior ao próximo vencimento dos swaps, em 1.º de junho. Não há, porém, nenhuma garantia de que a oferta seguirá esse padrão. Um gestor de moedas de um banco estrangeiro considerou o montante extra como uma “intervenção pequena”. Ele reconhece, porém, que o mais relevante no momento é a sinalização ao mercado de que, agora, o BC começou a agir.

Nas últimas semanas, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, vinha afirmando que o BC seguia monitorando o câmbio para evitar exageros. Ele advertia o mercado de que o câmbio é flutuante e a autoridade tem munção – reservas internacionais e estoque de swap cambial, além de ofertas de linhas de dólares, se for necessário.

Fluxo. Na semana em que o mercado acionário brasileiro comemorou dois lançamentos de ações, US\$ 4,3 bilhões entraram no País. Entre 23 e 27 de abril, duas operadoras de saúde – o grupo NotreDame Intermédica e a Hapvida – lançaram ações na bolsa paulista e exportadores continuaram com firme volume embarcado.

Congresso vota transferência de verba para dívidas de Venezuela e Moçambique

Valor Econômico - 03/05/2018

Foi com bastante dificuldade, mas o governo conseguiu ontem reunir o número necessário de parlamentares, em uma sessão após o feriado, e encaminhou a votação do projeto que redireciona recursos do programa de seguro-desemprego para pagar dívidas da Venezuela e de Moçambique, das quais o Brasil é fiador.

O crédito extraordinário previsto é de R\$ 1,16 bilhão. Como o prazo para as garantias serem honradas ia até o dia 8, havia urgência do aval do Congresso Nacional. Sem a aprovação, o Brasil ficaria inadimplente junto ao sistema financeiro internacional. Por isso, a votação, que ainda não havia sido concluída ontem até o fechamento desta edição, era considerada "indispensável" pelo presidente Michel Temer para manter a fama de bom pagador do Brasil.

O número necessário de deputados e senadores para a votação só foi atingido às 20h10, dez minutos antes do prazo estabelecido pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE) para que o quórum fosse atingido, sob pena de encerrar a sessão.

Governistas reclamaram de ter de colocar suas digitais em uma medida para cobrir uma operação feita em governos do PT, com critérios que consideraram "ideológicos". "Vocês fizeram essa dívida, autorizaram esse empréstimo para fazer compadrio. Esse calote é culpa do PT. Agora se escondem?", reclamou o líder do PSDB, Nilson Leitão (MT), por conta da disposição da oposição de obstruir a votação.

"É um fundo garantidor. Se não honrarmos, é menos exportação e emprego no Brasil. É óbvio que roubaram metade do dinheiro e financiaram a campanha da Dilma [Rousseff] e de metade da oposição que está aqui", atacou o governista Darcísio Perondi (MDB-RS).

Os opositoristas alegaram que as operações não foram por afinidade ideológica. Tanto que, em 2001, o governo de Fernando Henrique Cardoso também contribuiu para que a Venezuela e Cuba obtivessem recursos, lembraram Luiz Sérgio (PT-RJ) e Érica Kokay (PT-DF).

A operação que transformou o Brasil em fiador de empresários da Venezuela e Moçambique ocorreu por meio do Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Na prática, o Brasil se coloca como fiador para que nações que tenham algum risco econômico ou político possam comprar produtos brasileiros, o que incentiva a produção nacional e a geração de empregos. "O Brasil fez esse compromisso e teremos de honrá-lo, infelizmente", reclamou Eunício.

União tentará por telefone recuperar parte dos R\$ 700 bi devidos por contribuintes

Valor Econômico - 03/05/2018

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pretende implantar serviço de call center para cobrar devedores a partir de dezembro deste ano. Há, de acordo com levantamento recente na base de dados da dívida ativa da União, aproximadamente R\$ 700 bilhões em créditos com boa chance de recuperação.

De acordo com o procurador-geral adjunto da gestão da dívida ativa da União, Cristiano Neuenschwander, o uso dessa ferramenta na recuperação de ativos públicos é uma recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). E os países que a adotam - como a Austrália, Canadá, Japão e Nova Zelândia - têm obtido retorno positivo.

"É uma abordagem diferente, mais ágil na cobrança e de custo menor, que simplifica a regularização dos débitos pelos contribuintes", diz Neuenschwander.

O início de funcionamento da central telefônica estava previsto para dezembro do ano passado, mas foi prorrogado em razão da realocação de recursos do órgão aos programas especiais de parcelamento instituídos em 2017, a exemplo do Pert.

A PGFN estuda as formas de contratação e remuneração do serviço de call center. Uma das possibilidades em estudo é a contratação de empresa terceirizada, por meio de licitação, que seria remunerada com base nos resultados e performance na arrecadação decorrentes do contato telefônico ou por valor fixo acordado entre as partes.

Outra alternativa seria a contratação, por meio de parcerias, de instituições financeiras oficiais - como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF). "Neste caso, a legislação permite firmar parcerias com os bancos oficiais para a cobrança extrajudicial sem a necessidade de licitação. Mas ainda estamos definindo o modelo mais adequado", afirma o procurador-geral adjunto.

A Procuradoria-Geral do Município de São Paulo também cogita usar um call center na recuperação de créditos tributários. Atualmente, o órgão só ajuíza ações ou execuções fiscais com valores acima de R\$ 5 mil.

Faixa 1 fica só com 17% das contratações do 'Minha Casa' Valor Econômico - 03/05/2018

As contratações do programa Minha Casa, Minha Vida no primeiro trimestre do ano chegaram a 125.475 unidades habitacionais, o que representa 19,3% da meta de 650 mil moradias estabelecida para o ano de 2018.

Segundo balanço do Ministério das Cidades, do total de 125.475 contratações, apenas 20.932 são para as famílias de menor renda, ou seja até R\$ 1,8 mil (faixa 1), e dependem do subsídios para saírem do papel. O restante (104.543) está vinculado a financiamento imobiliário, que dentro do programa tem condições mais favoráveis do que um empréstimo de mercado.

Com a baixa contratação na chamada faixa 1 do programa devido à forte restrição fiscal, os pagamentos feitos pelo governo para bancar o programa

somaram R\$ 234,9 milhões no primeiro trimestre, o que representa uma queda real de 3% em relação ao mesmo período de 2017. A média de pagamentos nos primeiros trimestres entre 2012 e 2014, pico do programa, ficou próxima dos R\$ 7 bilhões. Os dados do Tesouro estão corrigidos pelo IPCA de março.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério das Cidades, no fim de março foi feita uma seleção de 10 mil unidades habitacionais para o público de menor renda. Ela, porém, encontra-se em processo de contratação.

Para este ano, o governo federal estabeleceu a meta de contratação de 650 mil moradias do Minha Casa, Minha Vida, sendo 130 mil para famílias do faixa 1; 70 mil para a faixa 1,5 (renda até R\$ 2,6 mil); 400 mil para a faixa 2 (até R\$ 4 mil) e 50 mil para a faixa 3 (até R\$ 7 mil).

A assessoria de imprensa da pasta explicou que as contratações na faixa 1 foram praticamente interrompidas em 2015 devido a contingenciamentos orçamentários e financeiros no programa. "Houve, inclusive, atrasos de pagamentos, nos anos de 2014 e 2015, acarretando em baixo ritmo de execução e paralisação de obras em todo país", destacou o ministério.

Para tentar reverter esse quadro, a partir de maio de 2016 o ministério iniciou processo de regularização dos pagamentos e retomada das obras paralisadas. "Até o momento, foram identificadas mais de 89 mil unidades habitacionais, tendo sido autorizada a retomada de aproximadamente 56 mil unidades em 159 empreendimentos até o início de abril", informou.

Temer sinaliza uso da Caixa para elevar crédito

Valor Econômico - 03/05/2018

No retorno do feriado do Dia do Trabalhador e em meio a um noticiário econômico mais negativo, o presidente Michel Temer reuniu seus ministros da área econômica. Entre os temas discutidos com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, do Planejamento, Esteves Colnago, e o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, estava a Caixa Econômica Federal. A reunião ocorreu dois dias depois de Temer ter se encontrado com o presidente da Caixa, Nelson de Souza, que ontem participou de reunião do Conselho do banco e não esteve no encontro com Temer.

Diante de um quadro de crédito com fraca expansão, um desemprego alto (mesmo considerando-se o peso dos fatores sazonais neste início de ano) e uma atividade econômica abaixo do esperado, o governo dá sinais de tentar se movimentar para melhorar a situação de curto prazo. E os sinais são de que a Caixa pode ser um veículo para isso.

Nas últimas semanas, o banco federal já fez diversos movimentos mais expansionistas. Foram reduzidas as taxas de linhas de capital de giro para empresas, diminuídas as taxas do crédito imobiliário e, mais recentemente, foi anunciada liberação de recursos da instituição para Estados e Municípios.

Agora, o governo admite publicamente que o banco é tema de discussões com o presidente da República e a equipe econômica, embora ninguém tenha oficialmente detalhado os termos da reunião.

Nos bastidores sabe-se que questões como uma capitalização adicional por meio do FGTS, que foi barrada no fim do ano passado pela então secretária do Tesouro Nacional e presidente do Conselho de Administração do banco, Ana Paula Vescovi, voltaram a ser tratadas no governo, embora uma fonte tenha assegurado que a ideia novamente não irá prosperar.

Como a questão mais urgente de equacionar os níveis prudenciais de capital teve avanços desde o fim do ano passado, a volta do debate sobre injeção de capital adicional por meio do FGTS serviria apenas para permitir uma postura mais agressiva do banco no crédito do que por conta de questões regulatórias.

Fontes reconhecem que o governo tem buscado alguma solução para que o banco federal tenha condições de emprestar mais para investimento. Como o setor de construção civil impacta esse indicador e é grande gerador de empregos, um dos temas que está em evidência diante dos dados fracos mostrados mais recentemente, a Caixa, especialista em crédito imobiliário, em tese poderia ajudar.

Mesmo com o discurso oficial do Ministério da Fazenda de que o caminho é estabelecer as bases de crescimento de forma sustentável, evitando-se medidas de fôlego curto, os últimos movimentos realizados pelo banco, essas reuniões recentes e outras iniciativas, como a ampliação das hipóteses de saque do PIS/Pasep, apontam que o governo, que em pleno ano eleitoral registra ainda elevada impopularidade, pode estar cedendo.

A reunião entre os ministros e Temer também tratou da estratégia para aprovação do projeto de crédito extraordinário para liberar o pagamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), por conta do calote da Venezuela.

Embora o FGE tenha recursos sobrando, como o governo não previu no Orçamento essa despesa, é preciso a aprovação do crédito extraordinário para que ela possa ser executada.

Vendas sobem 4,5% no varejo paulistano **Valor Econômico - 03/05/2018**

A atividade no varejo paulistano cresceu 4,5% em abril, na comparação com igual mês do ano passado, segundo medição divulgada hoje pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP). A expansão foi impulsionada pelas vendas a prazo, que avançaram 11,2% em igual intervalo, enquanto as transações à vista caíram 2,3%.

Segundo a ACSP, as vendas parceladas subiram principalmente devido à aquisição de bens duráveis, que estão respondendo à queda dos juros, ao aumento dos prazos e, também, à demanda reprimida por esses itens durante a crise. "De acordo com relatos de varejistas, o destaque ficou por conta dos televisores, beneficiados pela Copa do Mundo, e também dos eletroportáteis", disse em nota Alencar Burti, presidente da ACSP.

Quase 30% da população paulistana vive em locais precários

Valor Econômico - 03/05/2018

A falta de política habitacional que resultou no drama vivido pelos ocupantes do edifício Wilton Paes de Almeida, na região central de São Paulo, afeta pelo menos outras três milhões de pessoas na cidade de São Paulo. Em 2010 esse era o número de habitantes vivendo em locais precários, como favelas e loteamentos irregulares, segundo estudo do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) feito em conjunto com a Secretaria da Habitação de São Paulo. Daqui a dois anos, 2020, serão 3,26 milhões de pessoas, de um total de 11,87 milhões na maior cidade do país.

Até 2035, se nenhuma política pública for adotada, e as condições econômicas das famílias não melhorarem de forma significativa, outras 140 mil pessoas passarão a viver nesses locais. Serão 3,4 milhões de pessoas para uma população de 12,3 milhões.

Como proporção do total da população, o contingente de moradores em locais precários continuará constante ao redor de 27%, o que não implica melhora na cidade. A população paulistana cresce muito pouco e, tudo o mais constante, haverá 400 mil pessoas a mais em favelas e assentamentos até 2035.

As projeções do estudo, realizado em 2016, foram feitas com base no Censo Populacional 2010, do IBGE. Segundo Eduardo Marques, livre-docente do Departamento de Ciência Política da USP e vice-diretor do CEM, as estimativas sugerem que o número de pessoas vivendo em habitações precárias caiu entre 2000 e 2010, provavelmente por causa da melhora da renda no período.

"Depois disso, a degradação social e a redução da renda média devem ter tido impacto negativo nos números", afirma, referindo-se à recessão econômica a partir de 2014. Marques ressalta que o programa Minha Casa, Minha Vida, que tem linhas voltadas à população de renda mais baixa, não teve impacto na melhora entre 2000 e 2010 já que foi lançado em 2009.

O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que trabalha com uma rede de movimentos sociais por moradia, estima que existam 120 ocupações na cidade, entre edifícios e terrenos. Juliana Avanci, coordenadora do programa de moradia da entidade, afirma que, após a crise, aumentou o número de

ocupações, em especial as espontâneas, que não são lideradas por movimentos nem feitas para denunciar imóveis vazios.

"Houve grande aumento dessas ações, feitas por pessoas que não podem mais pagar aluguel por questões financeiras. O perfil dessa população é de mulheres com filhos que se viram numa situação quase que de rua, sem ter para onde ir", diz. Entre 2015 e 2017, o centro atendeu 28,4 mil famílias com problemas de moradia.

No Rio, a situação se repete. Na sexta-feira, mais de 200 famílias deixaram de forma pacífica um antigo edifício do IBGE na Mangueira, após duas décadas de ocupação. Em situação precária, a antiga estrutura será implodida para construção de um condomínio Minha Casa, Minha Vida. Segundo a prefeitura, a remoção buscava "evitar uma tragédia semelhante à ocorrida no centro de São Paulo". O problema habitacional carioca, contudo, está longe de ser resolvido.

Segundo estudo da Fundação João Pinheiro, o Estado do Rio de Janeiro tinha um déficit habitacional de 460.785 unidades em 2015, o quarto maior do país - atrás de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Desse total, 73% estão concentrados na região metropolitana, que tem um déficit de 340.083 unidades. O Estado tem a maior parcela de déficit habitacional associada ao custo de aluguel, 99,5% do total.

O Rio é a segunda cidade mais cara para se morar no país. Em média, paga-se R\$ 31,26 pelo metro quadrado, atrás apenas de São Paulo (R\$ 36,45), de acordo com o Índice FipeZap de Locação do primeiro trimestre deste ano.

O economista Mauro Osório, presidente do Instituto Pereira Passos, responsável pelo planejamento urbano do Rio, diz que um dos problemas é que a região central concentra 35% dos empregos formais cariocas, mas dispõe de apenas 5% das moradias. Bairros como Santa Cruz, Campo Grande e Realengo têm 27% das moradias, mas apenas 7% dos empregos.

"A carência de emprego na periferia faz as pessoas buscarem dormitórios, mesmo que precários, em regiões com maior oferta de emprego", diz. "Não à toa vimos uma grande verticalização da favela da Rocinha nos últimos anos."

Esse déficit de moradias de baixa renda também contribuiu para uma série de invasões a prédios públicos e privados no Rio nos últimos anos. Um dos casos mais conhecidos foi o prédio arrendado pela empresa REX, do empresário Eike Batista, na praia do Flamengo, em 2015, ocupado por cem famílias moradoras de rua. A reintegração foi tumultuada, com princípios de incêndio.

Em Belo Horizonte, quatro edifícios privados estão atualmente ocupados por famílias sem-teto, segundo a assessoria de comunicação da prefeitura. Nenhum deles passou por vistoria recente da defesa civil municipal ou dos Bombeiros.

Estados e municípios adotam call centers para cobrar impostos

Valor Econômico - 03/05/2018

Em tempos de crise fiscal, Estados e municípios têm adotado novas estratégias para a recuperação de créditos tributários, com ênfase cada vez menor na cobrança judicial. Antes de chegarem à condição de réus em processos de execução fiscal, contribuintes podem agora ser acionados a acertar suas contas por meio de ligações telefônicas.

Os call centers fiscais - públicos ou terceirizados - já foram adotados por Goiás e Pará e pelos municípios paulistas de Limeira, Jacareí, Jundiaí, Bertioga, Bragança Paulista e Tremembé. Estados e prefeituras também passaram a investir no treinamento de servidores e na atualização dos cadastros dos contribuintes.

Com uma dívida ativa nominal de R\$ 340 milhões, o município de Limeira implantou em 2015 um sistema interno de call center para débitos recentes, com atrasos até 60 dias. E para as dívidas já inscritas, as mais antigas, a prefeitura adota desde 2016 uma central telefônica gerenciada por uma empresa terceirizada.

Com o intuito de encontrar os devedores com mais facilidade, o município também promove o que se chama de "higienização" da dívida ativa - ou atualização cadastral. E no ano passado fez um parcelamento especial de débitos para que devedores acertassem suas dívidas em até 120 vezes.

De acordo com o secretário municipal de Finanças de Limeira, José Aparecido Vidotti, no ano passado houve um aumento de 50% na recuperação de créditos na comparação com os anos anteriores, com a entrada extra de R\$ 34 milhões nos cofres municipais. "O acompanhamento mais próximo do endividamento de curto prazo, aliado a uma efetiva cobrança da dívida ativa, levou os grandes devedores que apostavam nas anistias dos parcelamento a saldar deus débitos", afirma Vidotti.

Para reforçar a cobrança administrativa dos débitos, o município do interior paulista também estuda enviar as certidões de dívida ativa (CDAs) de ISS e IPTU aos cartórios de protestos.

O município de Santos também aposta na cobrança extrajudicial e deve implantar em breve um sistema de call center. No fim do ano passado, a prefeitura aprovou a Lei nº 989, que prevê o protesto de CDAs, regulamentada pelo Decreto nº 8.073/18. "As prefeituras tendem a ter um estoque grande de dívida ativa que, cobrada judicialmente, representa um alto custo, além de ser mais demorado e de baixo retorno", diz o secretário de Finanças, Maurício Franco.

No caso de Santos, o valor total da dívida ativa é de R\$ 3,4 bilhões - R\$ 1,6 bilhão passível de recuperação. De acordo com o secretário, um dos principais entraves à cobrança e recuperação de créditos tributários envolve o IPTU. Não sem razão, a mesma empresa que vai atuar na implantação do call center trabalhará na melhoria do cadastro de contribuintes, que consiste em identificar os donos dos imóveis irregulares e atrelar CPFs às construções.

"Apostamos no sucesso de uma estrutura profissional e dedicada para a cobrança de dívidas. Diferentemente do que ocorre no setor privado, o devedor do setor público, invariavelmente, não é incomodado", afirma Franco.

Hoje somente as dívidas mais antigas e acima de R\$ 400 são cobradas por ação judicial. E há estudos para adequar a legislação e elevar o valor mínimo para R\$ 1 mil. "Queremos liberar a estrutura da procuradoria para valores mais altos", diz o secretário.

Sobre o início do envio de débitos aos cartórios de protesto, Santos deve começar pelos devedores do ISS, cujo cadastro de contribuintes é mais atual e confiável. Hoje, a dívida total com o imposto soma R\$ 1 bilhão, atrás do IPTU, de R\$ 1,7 bilhão.

Na avaliação de Denise Ielpo, que atua na divisão de gerenciamento da dívida ativa do grupo Solutions, os municípios estão mais preocupados com a recuperação das receitas próprias, impulsionados pela crise econômica e pelo cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. "Perceberam que há um estoque grande de dívida a ser cobrada", afirma Denise.

A Solutions presta serviços de gerenciamento integrado da dívida ativa para cinco municípios: Jacareí, Jundiaí, Bertioga, Bragança Paulista e Tremembé. Além da implantação do call center, o pacote de serviços inclui o mapeamento da dívida ativa, treinamento de servidores públicos, checagem e atualização do cadastro de devedores e uso de um sistema integrado ao das prefeituras para a elaboração de relatórios diários de arrecadação.

O retorno da nova forma de cobrança é positivo. O município de Jacareí, que implantou call center em 2013 e tem uma dívida ativa de R\$ 146,3 milhões, conseguiu recuperar em fevereiro, por meio do call center, R\$ 362,44 mil. Dos 1.308 boletos enviados pela central telefônica, 808 foram quitados.

Além de realizar a cobrança pelo telefone, os atendentes atualizam o cadastro de contribuintes, enviam boletos por e-mail e dão informações referentes aos impostos municipais.

Em Jundiaí, os oito atendentes do call center realizam, em média, seis mil ligações por mês. De janeiro a março deste ano, o município recuperou R\$ 9,86 milhões em tributos que estavam inscritos em dívida ativa, seja pelo serviço de call center ou pagamentos espontâneos.

O Estado de Goiás é um dos que cobram por telefone contribuintes devedores, desde 2003, quando criou uma gerência específica de recuperação de créditos. A central telefônica tem 18 operadores que atuam na negociação das dívidas. No ano passado, o setor recuperou cerca de R\$ 700 milhões. Para este ano, a previsão é de R\$ 900 milhões retornem aos cofres do Estado.

União é a maior e a pior imobiliária do mundo

Correio Braziliense - 03/05/2018

O incêndio no prédio da Polícia Federal em São Paulo, ocupado por sem-teto e organizado por uma associação que cobrava até aluguel, descortinou o descaso com o patrimônio público e o desperdício dos governos das três esferas, sobretudo a federal. A União é proprietária de milhares de imóveis, num total de R\$ 68 bilhões, mas não tem qualquer controle. “É a maior e a pior imobiliária do mundo”, disse Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas.

O especialista afirmou que, no ano passado, enquanto a União gastou R\$ 1,56 bilhão de aluguel para acomodar órgãos públicos, recebeu aproximadamente a metade disso, R\$ 795,1 milhões, pela locação de imóveis próprios para terceiros. Sem contabilizar os prédios abandonados, como o da Polícia Federal de São Paulo. “Esses números também só se referem aos três Poderes na área federal, sem contar estatais e imóveis de estados e municípios”, alertou Castello Branco.

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que a base de dados do sistema da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão apresenta falhas. Conforme a Corte de contas, foram avaliados dados constantes do Sistema Integrado de Administração Patrimonial (Siapa), que é uma ferramenta de apoio à administração do patrimônio imobiliário da União, voltado para imóveis dominiais — aqueles que não são ocupados pela administração pública, mas cedidos a terceiros por meio de instrumentos de regularização fundiária. “Estão sob o controle do Siapa imóveis cuja avaliação, em meados de 2016, chegava a R\$ 68 bilhões”, afirmou o TCU, por meio da assessoria de imprensa.

O tribunal constatou inconsistências nos dados de aproximadamente 596 mil imóveis controlados pelo Siapa. O ministro-relator do TCU, Benjamin Zimmerman, determinou à SPU que apresentasse plano de ação para sanear as irregularidades encontradas. Segundo Castello Branco, qualquer imobiliária do mundo tem um sistema organizado, capaz de disponibilizar informações como valores, se estão desocupados, em que local são. “A SPU não tem”, disse.

Descaso

O secretário-geral da ONG Contas Abertas foi diretor da SPU na década de 1990. “O descaso ocorre há vários governos. O patrimônio da União é o

patinho feio, embora seja uma fonte de recursos viável. Antes ficava no Rio, como órgão da Fazenda. Veio para Brasília e está no Planejamento, mas nunca foi tratado com a competência que merece”, ressaltou.

Para Castello Branco, os superintendentes da SPU nos estados são indicações políticas. E o patrimônio não para de crescer. “Quando quem pega financiamento com a Caixa não paga, a União recolhe os bens e fica com o imóvel. A todo momento entram novos. E o governo não consegue fazer nada com aquilo, porque não tem nem ideia do que tem”, sentenciou.

O cadastro da SPU também não é aberto ao público, diz. “De tempos em tempos, a União anuncia que vai vender imóveis, mas não se sabe se foi vendido, quanto foi arrecadado. Há muita dificuldade de transparência nesta área”, lamentou. Ao abrir o orçamento de 2017 das três unidades gestoras do patrimônio da União, Castello Branco verificou que as duas rubricas que mais consumiram o dinheiro público foram terrenos e aquisição de imóveis. “Dos R\$ 113,8 milhões, quase R\$ 100 milhões são para isso”. O descaso e o desperdício geram vítimas, como no caso do prédio da Polícia Federal de São Paulo.

O Ministério do Planejamento informou, em nota, que acompanha o caso do prédio na capital paulista por meio do superintendente Robson Tuma e solicitou a instauração de inquérito para investigar as causas e eventuais responsabilidades pelo incêndio que resultou no desabamento. “O patrimônio é vasto e a SPU está se modernizando para melhor informar os dados referentes aos imóveis da União no país. Hoje, há 655 mil imóveis cadastrados nos sistemas da Secretaria (Siapa e Spiunet), dos quais 33.238 estão cadastrados como de uso especial (usados para atividades administrativas e prestação de serviços públicos) e 179 são prédios desocupados. A partir de janeiro de 2019, os sistemas serão substituídos pelo SPUnet, que permitirá o controle e a atualização das informações referentes a imóveis da União em tempo real”, acrescentou a pasta.

Venda de carros sobe 38,5% no país

Correio Braziliense - 03/05/2018

O mercado de veículos novos no Brasil cresceu 38,5% em abril ante igual mês do ano passado, com o emplacamento de 217,8 mil unidades, informou a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), em balanço que considera automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. Na comparação com março, os emplacamentos subiram 4,82%. No acumulado de janeiro a abril, as vendas chegaram a 762,8 mil unidades, alta de 21,3% em relação a igual intervalo de 2017 —o maior volume no período desde 2015.

Fintechs superam bancos tradicionais

Correio Braziliense - 03/05/2018

Pesquisa divulgada pelo banco americano J.P. Morgan comparou o processo de abertura de conta-corrente por meio digital em dez instituições financeiras brasileiras. Segundo relatório divulgado recentemente, quem nasceu nas plataformas digitais, ou seja, as fintechs, leva vantagem em relação aos bancos tradicionais. Os analistas que testaram o passo a passo e publicaram um relatório no qual relatam a experiência com sete bancos digitais. São eles: Agibank, BTG Digital, Inter, Neon, Nubank, Original e Next, controlado pelo Bradesco. Na outra ponta, enfrentaram avaliação o Banco do Brasil, Itaú e Santander.

O relatório, assinado por Domingo Falavina, Yuri Fernandes e Guilherme Grespan, aponta que as instituições financeiras com DNA digital estão à frente dos bancos de varejo com origem analógica, apesar de todo o investimento que têm feito em plataformas tecnológicas — nenhum dos três conseguiu oferecer ao potencial cliente uma experiência completamente on-line no teste para a abertura de conta.

Entre as fintechs mais bem avaliadas pelo teste do J.P. Morgan estão Inter, Neon e Original. Segundo o relatório, o tempo para registrar o pedido de abertura de conta variou de 5 a 15 minutos e a aprovação levou menos de 3 dias. O Inter foi apontado como a instituição com mais produtos de crédito. Já o Neon foi classificado com o mais “jovem” e como aquele que tem o tempo mais curto para o registro. O Original, apesar de uma boa avaliação, perdeu alguns pontos, de acordo com os analistas, por cobrar uma tarifa mensal de R\$ 9,90. Depois, os analistas foram isentos do pagamento.

Na categoria de produtos de investimento, o BTG Digital ficou entre aqueles que levaram mais tempo para a abertura da conta. No entanto, a fintech ganhou ponto positivo graças ao leiaute da plataforma. No caso do Nubank, foram necessários 10 dias para a aprovação do pedido. Por outro lado, a abertura de conta não exigiu nenhum cadastro.

Problemas

De acordo com o relatório do J.P. Morgan, no caso do Itaú e do Santander o analista precisou ir até as agências duas vezes. Ainda assim, depois de duas semanas, a conta ainda não havia sido aberta. No caso do Bradesco, segundo a pesquisa, o desempenho foi melhor por meio da bandeira Next, que na época da pesquisa cobrava tarifas mensais e depois passou a oferecer pacotes gratuitos, igualando-se aos concorrentes.

Ainda de acordo com o relatório do J.P. Morgan, apesar de o desempenho do Banco do Brasil ter sido melhor, seu aplicativo não conseguiu reconhecer a selfie tirada por nenhum dos analistas que participaram do comparativo. Com isso, o acesso à conta foi bloqueado na terceira tentativa de usar a senha. A solução foi ir até uma agência, esperar na fila por 55 minutos, segundo o relato mostrado pelos analistas, e ser informado que quem poderia resolver o

problema era a gerente, que estava em horário de almoço. No dia seguinte, novamente na agência, a falha foi resolvida. Os analistas alertaram no relatório, porém, que, “supreendentemente, nenhuma foto foi pedida e a conta estava 100% operacional”.

O Itaú enviou uma mensagem aos analistas um dia depois de eles terem feito o pedido de abertura da conta pelo aplicativo para que fossem até a uma agência e finalizassem o processo. Eles relataram que foi preciso esperar na fila por 20 minutos para que então uma funcionária informasse que a conta havia sido rejeitada por supostamente haver uma inconsistência entre a declaração de renda e o comprovante salarial. Isso fez com que o processo tivesse de ser feito do zero novamente.

Problema semelhante foi apontado no Santander. O cadastro para a abertura da conta foi feito pelo computador (não era possível fazer pelo aplicativo), mas, depois de quatro dias, foi informado de que havia um erro no comprovante salarial. Depois de cinco dias, o pedido foi negado. Como não conseguiram resolver o problema, os analistas foram até a uma agência. Ao final, não conseguiram abrir a conta digital em nenhum dos dois bancos. Na avaliação dos analistas do J.P.Morgan, os grandes bancos falham nas iniciativas digitais justamente por terem agência.

Os analistas acreditam que o diário da experiência como pessoas interessadas em abrir uma conta digital, ainda que seja divergente da percepção geral do cliente, por ser uma abordagem quantitativa, pode ajudar os investidores a terem alguns insights (indicações).

Tecnologia

Tempo para registro da conta nos bancos digitais (*)

- » Banco Neon: 5 minutos
- » Agibank: 10 minutos
- » Banco Original: 10 minutos
- » Banco Inter: 15 minutos
- » Next: 20 minutos
- » BTG Digital: 25 minutos

Fonte: J.P. Morgan

(*) Nubank não foi incluído porque bastava um pedido de convite para clientes.

Contribuições urbana e rural sobem, mas gasto está bem acima de inflação DCI - 03/05/2018

A arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceu 2,55% em termos reais (descontada a inflação) em 12 meses até março de 2018, para

R\$ 384 bilhões, o primeiro crescimento, após dois anos de queda, na mesma base de comparação.

O RGPS rege as aposentadorias dos trabalhadores do setor privado. A receita avançou tanto na aposentadoria urbana como na rural, porém com mais força nesta última, que chegou a ter expansão de 18,61%, para R\$ 9,860 bilhões. O recolhimento das contribuições do segmento privado, por sua vez, registrou aumento de 2,19%, alcançando R\$ 374 bilhões, mostram dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O economista da Tendências Consultoria Fábio Klein pontua que o expressivo aumento da arrecadação da aposentadoria rural é explicado pelo bom desempenho da atividade agropecuária e também pelo Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), instituído pelo governo federal na metade do ano passado. O PRR tem permitido que os produtores rurais do País renegociem os seus débitos com a contribuição previdenciária.

Klein lembra que as receitas do RGPS já vem crescendo desde meados de 2017, nas comparações mensais, apesar do recuo de 1,1% observado em março de 2018, contra março de 2017. Segundo ele, essa queda foi pontual e a tendência é que a receita continue expandindo, seguindo o ritmo de recuperação do mercado de trabalho. “A arrecadação crescerá motivada pelo avanço da massa salarial e da renda das atividades laborais, seja oriunda do emprego formal, CLT, seja por parte dos autônomos e microempreendedores individuais”, diz.

“Essa tendência de alta [da receita do RGPS] também está atrelada ao movimento de crescimento das vendas das empresas, no caso daquelas que recolhem contribuição previdenciária sobre o faturamento”, completa Klein. Algumas empresas contribuem para o RGPS a partir do pagamento de uma alíquota que varia de 1% a 2% sobre a receita bruta (essa é a chamada desoneração fiscal).

Despesas elevadas

Por outro lado, as despesas seguem avançando acima da inflação oficial do País (que registra alta de 2,68% em 12 meses até março), alimentando o déficit do sistema previdenciário (-R\$ 194 bilhões). No período, os gastos do governo federal com os benefícios previdenciários expandiram 6,65%, a R\$ 578 bilhões. No sistema urbano, houve um aumento de 7,18%, a R\$ 454 bilhões, enquanto as despesas com as aposentadorias dos trabalhadores do campo cresceram 4,76%, a R\$ 123 bilhões.

Segundo Klein, sem uma reforma que controle essa expansão, os gastos previdenciários continuarão avançando bem acima da inflação. Ele informa que o número de beneficiários do sistema já cresce 2,5% ao ano, e tende a aumentar mais com a tendência de elevação da expectativa de vida da população do País.

STF pode julgar amanhã primeira ação sobre reforma trabalhista

Valor Econômico - 03/05/2018

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode julgar amanhã a primeira ação que questiona a validade de alguns pontos da reforma trabalhista, a Lei nº 13.467, de 2017, em vigor desde novembro. Proposta pela Procuradoria Geral da República (PGR), a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) nº 5766 questiona algumas mudanças relacionadas à gratuidade da Justiça.

Existem outras ações sobre aspectos da reforma no STF, como a contribuição sindical, mas elas ainda não entraram na pauta do Plenário.

No processo, a PGR afirma que a lei inseriu 96 disposições na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a maior parte delas com redução de direitos dos trabalhadores. De acordo com o pedido, para reduzir o número de demandas na Justiça do Trabalho, a legislação avançou sobre garantias processuais e violou o direito fundamental dos trabalhadores pobres à gratuidade judiciária.

Já a presidência da República alega que a análise desse assunto não pode ser feita fora do contexto, desconsiderando, por exemplo, alterações do Código de Processo Civil (CPC), de 2015.

Entre os pontos questionados pela PGR, está a previsão de condenação do beneficiário de Justiça gratuita ao pagamento de custas, quando ele levar o processo a ser arquivado por não comparecer à audiência inaugural.

Nessa ação, o STF também vai analisar dispositivos sobre a constitucionalidade do pagamento de honorários periciais e advocatícios de sucumbência (devidos à parte vencedora) pelo beneficiário da Justiça gratuita e se é possível usar para esse fim créditos obtidos, ainda que em outro processo.

Convenções coletivas

Além da Adin sobre a reforma, há outras ações na pauta do dia. Duas delas também tratam de questões trabalhistas, mas abordam temas anteriores às mudanças na CLT.

As Adins 2200, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e 2288, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviário Aéreo na Pesca e nos Portos (Conttmf) se é válida uma norma que modificou o alcance de convenções coletivas. Os autores alegam que o texto contraria vários dispositivos constitucionais, entre eles os que tratam de irredutibilidade de salário e de reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Por enquanto, há quatro votos contrários aos pedidos e um favorável. O julgamento está suspenso por um pedido de vista da ministra Rosa Weber, desde novembro de 2016.

Enfraquecidos, sindicatos terão de se reinventar

Correio Braziliense - 03/05/2018

Os moradores do município de Mogi Guaçu, no interior de São Paulo, conhecem como poucos os efeitos do sindicalismo na economia. A cidade se tornou, a partir das décadas de 1950 e 1960, uma potência industrial no setor de cerâmica. Quase a metade de todo piso, azulejo e acessórios para banheiros e cozinhas vendidos no estado saía dos fornos de olarias da cidade, como Lanzi, Chiarelli, Gerbi, Martini, São José, Fantinato e Irmãos Ramalho.

Nas últimas duas décadas, no entanto, essa indústria virou pó. Apenas a Cerâmica Lanzi se mantém em pé. O colapso da cadeia ceramista em Mogi Guaçu, segundo empresários locais, teve contribuição ativa dos sindicatos. Endividadas, as empresas não conseguiram fechar acordos que pudessem flexibilizar jornada, readaptar salários e suspender benefícios em períodos de crise.

“O sindicalismo irresponsável ditou o ritmo da música durante décadas em regiões importantes sob a ótica industrial”, afirma o economista Jorge Afonso Bellido, especialista em economias regionais pela Fundação Getulio Vargas (FGV), em São Paulo. “A velha ideologia do confronto de classes, que colocou patrões e empregados em lados opostos, atrapalhou o desenvolvimento de várias regiões brasileiras.” O resultado não poderia ter sido pior. Sem arrecadação, a antiga entidade sindical, que representava os quase 12 mil trabalhadores da categoria, também atrofiou.

O exemplo de Mogi Guaçu não é exceção. Em 2013, a montadora americana General Motors (GM) ameaçou fechar, em definitivo, a fábrica de São José dos Campos (SP) se o sindicato dos trabalhadores não endossasse o plano de redução de custos. Aos 45 minutos do segundo tempo, em reunião a portas fechadas, um acordo evitou o fim da unidade e garantiu o emprego de 7,5 mil trabalhadores da planta. “A coisa é mais séria do que qualquer um possa imaginar”, afirmou, naquela ocasião, Luiz Moan, diretor da GM encarregado nas negociações.

Algo parecido aconteceu com a alemã Volkswagen. Tanto a fábrica de Taubaté quanto a de São Bernardo do Campo estiveram na iminência de fechar as portas diante do impasse gerado pela intransigência de sindicatos em aceitar a proposta de corte de 15% dos custos das unidades.

Para o economista José Pastore, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio-SP e uma das maiores autoridades do país no campo das relações trabalhistas, “o sindicalismo à moda antiga está caindo em desuso” em razão das profundas transformações na sociedade. O mercado de trabalho mudou, as empresas se ajustaram aos novos tempos, os

profissionais se atualizaram, o ambiente de negócios é bem diferente do de anos atrás. Só o sindicalismo quer ser o mesmo.

Pastore é enfático em dizer que os sindicatos perderam a relevância e terão de aprender a caminhar com as próprias pernas. “O fim do Imposto Sindical e a possibilidade de negociações diretas entre empresários e funcionários, sem a intermediação de sindicalistas, abrem novos horizontes para os negócios no país e para a indústria sindical”, afirma Pastore.

Exército

Os sindicatos, de fato, se tornaram uma poderosa indústria no Brasil. Essas entidades empregam um exército de 153,5 mil pessoas, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Os sindicatos de trabalhadores receberam R\$ 2,6 bilhões arrecadados com o Imposto Sindical em 2016 (os números de 2017 ainda não foram divulgados). No mesmo ano, as entidades patronais embolsaram R\$ 1,3 bilhão da contribuição recolhida diretamente das empresas.

Diante dessas cifras, fica fácil entender a preocupação dos sindicalistas. Com a reforma trabalhista, o número de trabalhadores em sindicatos no Brasil tende a encolher, porque muitas entidades terão de se reestruturar para sobreviver com um orçamento menor. É provável inclusive que centenas de sindicatos deixem de existir. “Especialmente os pequenos vão desaparecer. Fecharão as portas por falta de dinheiro ou serão incorporados por grandes grupos sindicais”, garante Pastore. “Aqueles que viviam às custas da arrecadação do imposto terão de trabalhar e adotar uma postura proativa para convencer os trabalhadores de que a contribuição voluntária vale a pena.”

Além da extinção do imposto, os sindicatos enfrentarão desafios colocados por outros artigos da reforma que, de forma direta ou indireta, enfraquecem o sindicalismo. Entre eles estão a possibilidade de negociação individual de aspectos importantes da relação de trabalho sem assistência sindical, a representação dos trabalhadores no local de trabalho independentemente dos sindicatos e a não obrigatoriedade de que as rescisões contratuais sejam homologadas nos sindicatos. “Não há dúvidas de que os sindicatos terão de se reinventar para sobreviver”, conclui Pastore.

O mercado já está sofrendo os impactos dos novos tempos. O Dieese, principal entidade de apoio aos sindicatos de trabalhadores do país, vive a pior crise financeira de sua história. Com a situação crítica do movimento sindical, sua principal fonte de receita, o instituto corre até o risco de fechar. Em apenas 3 anos, o orçamento da instituição caiu de R\$ 42 milhões para R\$ 21 milhões, e 100 funcionários foram desligados. O quadro atual é de 250 colaboradores, mas a direção não descarta novos cortes ainda em 2018, reduzindo o número para apenas 150 pessoas. O motivo da penúria é a inadimplência das entidades sindicais, que não estão quitando as mensalidades. “Os sindicatos

estão com dificuldade para pagar e vamos ter que nos reorganizar”, diz Clemete Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese.

Seis perguntas para José Pastore

Correio Braziliense - 03/05/2018

O senhor acredita que o fim do Imposto Sindical mudará o perfil do sindicalismo brasileiro?

Sim, com certeza. Tanto é que existe atualmente muito sindicalista inquieto, preocupado com o futuro. Com o fim da obrigatoriedade do Imposto Sindical, previsto na reforma trabalhista, e diante de um ambiente de maior flexibilidade nas relações trabalhistas, os sindicatos perderam a relevância.

Qual será o futuro dos sindicatos?

Muitos sindicatos pequenos vão desaparecer. Fecharão as portas por falta de dinheiro ou serão incorporados por grandes grupos sindicais. Aqueles que viviam às custas da arrecadação do imposto terão de trabalhar e adotar uma postura proativa para convencer os trabalhadores de que a contribuição voluntária vale a pena.

A crise econômica acelerou esse processo de mudança?

Acredito que ajudou, embora não tenha sido a única razão. A profunda recessão econômica que o Brasil atravessou enfraqueceu demais as empresas e os sindicatos, que perderam seus argumentos nas mesas de negociação.

Os sindicatos, da forma como existem hoje, vão acabar?

Acabar, não. Os sindicatos terão de se concentrar em assuntos de maior importância para a vida dos trabalhadores, em vez de ficar apenas estimulando o confronto. Poderão, por exemplo, negociar a redução de jornada, propor premiação por desempenho ou mesmo ajudar a elaborar coisas que sejam em benefício da saúde e da segurança do empregado. Evidentemente, sempre haverá embates quando se esgotarem as vias do diálogo.

A reforma trabalhista trouxe algum benefício para as empresas e os trabalhadores?

Posso destacar como maior benefício a redução significativa no número de ações trabalhistas na Justiça. Qualquer embate judicial entre patrões e empregados, por menor que seja, é desgastante e muito dispendioso. Gera estresse e gastos que, muitas vezes, poderiam ter sido evitados.

Mas o que de fato mudou?

Hoje, muitas empresas e trabalhadores já estão se entendendo melhor, entrando em acordo sem a necessidade de processos. Uma rescisão amigável é sempre melhor para as duas partes. De qualquer forma, já existem mudanças visíveis e com resultados práticos muito significativos para o ambiente de negócios. O problema é que a compreensão da lei e a aplicação das novas regras são complexas e, portanto, graduais.

Insegurança tributária

O Estado de S. Paulo - 03/05/2018

Everardo Maciel

Um traço dominante da cena atual brasileira é, sem dúvida, a insegurança, que se revela de inúmeras formas, desde o desrespeito à propriedade e aos contratos até a dramática violência urbana, promovida pelo crime organizado e pelas milícias.

Nesse contexto, desponta a insegurança jurídica, com grande potencial para minar os valores básicos que regem a vida em sociedade.

No âmbito tributário, segurança jurídica é fator crucial para os investimentos.

Processos morosos e com elevado grau de imprevisibilidade, conceitos excessivamente indeterminados e interpretações ciclótomicas afastam investidores e criam um clima hostil aos negócios.

As decisões judiciais sobre a natureza da substituição tributária constituem um bom exemplo de ciclótomia interpretativa.

Utilizada desde os anos 1970, ainda que de início restrita a um pequeno número de produtos e com nítido propósito de combater a evasão fiscal, a substituição tributária foi incluída na Constituição pela Emenda n.º 3, de 1993.

A inclusão justamente no âmbito das limitações do poder de tributar, tratadas no artigo 150 da Constituição, revela claramente uma pretensão de restringir o uso do instituto. Não foi, entretanto, o que ocorreu.

Logo após a promulgação daquela emenda, houve um aumento exponencial de uso da substituição tributária. Não raro foi utilizada com flagrantes extravagâncias, especialmente no que concerne à fixação das margens de valor agregado e abrangência dos produtos.

Instado a examinar a matéria, o STF adotou, por incrível que pareça, entendimentos completamente antagônicos.

A balbúrdia interpretativa torna, inclusive, duvidosa a jurisprudência prevalecente, que pode, a qualquer tempo, ser revertida, em virtude, por exemplo, de uma nova composição da Corte.

Esse fato, em boa medida, se explica pela descomunal extensão da matéria tributária constitucional, que gera espaço para uma miríade de questionamentos, sobretudo quando se considera a nossa irresistível vocação para litigar, traduzida nos 80 milhões de processos em curso no Judiciário brasileiro.

No caso específico da substituição tributária, mais adequado teria sido discipliná-la no Código Tributário Nacional (CTN).

Vivemos, assim, um paradoxo: excesso de normas constitucionais e carência de normas infraconstitucionais.

Em recente colóquio em Lisboa, Humberto Ávila, titular de direito tributário na USP, assinalou sua perplexidade com a crise das regras: “O julgador não gosta da regra? Azar da regra! Sabese lá com que critério. Se não reabilitarmos as regras para limitar a participação do intérprete e para controlar o poder, vamos eliminar o caráter normativo do direito”.

Se a substituição tributária é capaz de produzir tamanho imbróglio, o que não dizer do planejamento tributário, com sua desproporcional capacidade de gerar grandes litígios?

O enfrentamento do planejamento tributário abusivo é tema extremamente relevante para as administrações tributárias de todo o mundo, conquanto encerre muitas controvérsias.

No Brasil, efetivamente somente mereceu atenção após a introdução do parágrafo único do artigo 116 do CTN, por meio da Lei Complementar n.º 104, de 2001. O enunciado da norma esclarecia que ela só lograria eficácia plena com o estabelecimento de procedimentos especiais definidos em lei ordinária.

A Medida Provisória n.º 66, de 2002, nos artigos 13 a 19, preenchia o requisito do CTN: distinguia dissimulação de simulação, definia as hipóteses de aplicabilidade do instituto da desconsideração administrativa (falta de propósito negocial e abuso de forma) e estabelecia os procedimentos especiais aplicáveis à hipótese.

Infelizmente, o Congresso Nacional não converteu em lei aqueles dispositivos.

A mora legislativa de 16 anos não impediu, contudo, o Fisco de proceder a questionáveis e exorbitantes lançamentos, visando a coibir planejamento tributário abusivo. A matéria, algum dia, terá imprevisível desfecho no STF. Por que não estabelecer, logo, a regra demandada pelo CTN, eliminando esse foco de insegurança jurídica?

Temos um excesso de normas constitucionais e carência de normas infraconstitucionais

O ilusionismo custa caro

O Estado de S. Paulo - 03/05/2018

Zeina Latif

Os diferentes diagnósticos sobre a causa da crise econômica e como destravar o crescimento no Brasil devem deixar os leigos atordoados. Equivale a uma situação em que uma mancha de pele é diagnosticada por um médico como simples mancha de sol, e por outro como um câncer.

Um dos formuladores do programa de governo do PT, Marcio Pochmann, afirma que a crise decorreu, principalmente, do corte de gastos públicos feito pelo ex-ministro Joaquim Levy no segundo mandato de Dilma Rousseff. Nessa linha, nega o problema do rombo crescente da Previdência e afirma que o problema fiscal se resolve com a volta do crescimento, este a ser estimulado por taxas de juros baixas. Quem pensa diferente dele seriam “economistas cabeça de planilha”.

Apesar dos alertas, esse tipo de recomendação de política econômica, que dominou historicamente o pensamento econômico no Brasil, foi implementado com contundência por Dilma. Houve significativa expansão fiscal e do crédito dos bancos públicos, e pressão para redução dos juros pelo Banco Central e pelos bancos comerciais. O resultado foi uma escalada da inflação e a grave crise econômica.

A política econômica de Levy contribuiu para a crise, mas por outra razão. Com a exceção de algumas poucas medidas estruturais, o ajuste fiscal foi superficial e frágil, via controle de gastos na “boca do caixa”. Com o “tratamento” incompleto pela ausência de reformas, que eram esperadas em início de mandato, a confiança dos credores se esvaiu, o que culminou na perda do grau de investimento, agravando a crise.

Não foi possível colher os frutos de um ajuste mais profundo, que seriam, dentre outros, a taxa de juros mais baixa. Pelo contrário. Possivelmente, o País caminhava para a chamada “dominância fiscal”, como apontado na época por economistas como Tiago Berriel e Affonso Celso Pastore, que é quando a crise fiscal gera inflação descontrolada. Os sinais preocupavam: a inflação esperada embutida nos títulos públicos indexados à inflação caminhava para 10%; o mercado futuro de dólar chegou a projetar o dólar em R\$ 6 para 2018; e o estoque de dívida pública de curto prazo (compromissadas) crescia rapidamente pela busca de liquidez. Sem agenda de ajuste fiscal, não se sabia para onde ia a cotação do dólar, a inflação e a taxa de juros. E a atividade econômica padeceu.

Desde 2011, a economia desacelerava, mas o efeito pleno da agenda equivocada sobre a economia só ficou evidente mais tarde, em 2016. Isso porque a política econômica tem, naturalmente, efeitos defasados, demorando alguns trimestres para ter impacto na economia. Essa defasagem acaba

produzindo erros de análise, gerando condescendência de alguns com a agenda de Dilma e crítica exagerada à política econômica atual.

A reforma da Previdência não foi aprovada, mas a agenda fiscal é clara. A cada ano, as despesas com previdência aumentam entre R\$ 50-70 bilhões no Orçamento federal. Sem a reforma, a cifra vai aumentar ainda mais nos próximos anos, porque até 2030 a população idosa será o dobro da de 2015.

Não são altas as chances de a agenda de Pochmann ser implementada, mesmo em caso de vitória do PT nas urnas. Se o PT apoiar Ciro Gomes, boa parte não será seguida, pois o pré-candidato se comprometeu com a reforma da Previdência e defende que o equilíbrio fiscal é a pedra fundamental para o crescimento. No caso de candidatura própria, também não está clara a implementação. Lula, em seu primeiro mandato, não seguiu os conselhos de Pochmann, e escalou um time econômico que entendia de números e de restrição orçamentária para conduzir a política econômica e fazer reformas, como a da Previdência do setor público. Na sequência, adotou diversas medidas para combater o custo Brasil e, assim, expandir a oferta, sem se iludir com a fórmula mágica de redução artificial dos juros.

A economia trata de números, evidências empíricas e relações de causalidade. Quando não são disponíveis, convém cautela extra na condução da política econômica. Não há lugar para ilusionismo.

A economia trata de números, evidências empíricas e relações de casualidade.

Renda mínima para todos **O Estado de S. Paulo - 03/05/2018**

Celso Ming

Com o inexorável avanço da tecnologia, as relações de emprego não serão mais as mesmas. Pelo menos dois terços dos postos de trabalho nos países em desenvolvimento estão sujeitos ao impacto da automação, adverte o Banco Mundial.

Agora a questão crucial: se o sistema produtivo dispensa cada vez mais gente, a renda da população tende ao colapso. Nessas condições, como garantir mercado para bens e serviços produzidos pelo sistema? Portanto, não se trata apenas de colocar em prática políticas sociais que ataquem o empobrecimento, mas, também, de garantir escoamento para o setor produtivo.

Uma saída recorrentemente discutida no Fórum Econômico Mundial de Davos é a adoção de programas de Renda Básica Universal (UBI, na sigla em inglês), mais ou menos na linha da proposta obsessiva do ex-senador Eduardo Suplicy. Trata-se de distribuir dinheiro a toda a população, sem exigir contrapartidas. As primeiras tentativas não conseguiram resultados duradouros.

O mais recente desapontamento foi a experiência da Finlândia, que ganhou holofotes ao ser lançada em janeiro de 2017. Depois de um ano e quatro meses de funcionamento, o governo decidiu abandonar o programa. Até dezembro, entregará \approx 560 por mês (cerca de R\$ 2.350) para 2 mil desempregados, que não precisam prestar contas de como gastam os recursos. Não ficou claro o motivo do encerramento do experimento. O ministro das Finanças local, Petteri Orpo, diz que o governo estuda outras saídas. A Agência de Seguridade Social do país indica que os primeiros resultados serão conhecidos só no fim de 2019 ou início de 2020. A ideia original de não cobrar contrapartidas teve por objetivo evitar novos custos com controles e fiscalização.

Na província canadense de Ontário, um sistema piloto de UBI não se restringe a desempregados. O interessado precisa ter de 18 a 64 anos e renda inferior a 34 mil dólares canadenses por ano.

Para a professora da UFRJ e especialista em Economia do Bem-Estar Lena Lavinás, o fim do teste finlandês não derruba a importância de políticas de renda básica, na medida em que oferecem um mínimo de estabilidade econômica familiar, num momento histórico em que as relações de emprego passam por grande transformação.

Mas há outros experimentos que vão na mesma direção. O Estado do Alasca, desde 1982, paga para cada cidadão dividendos de um fundo alimentado por royalties do petróleo. Variam conforme o rendimento obtido. Em 2017, foi US\$ 1,1 mil. Estudos indicam que o programa não deixa os beneficiários acomodados. Mesmo com a renda extra, continuam trabalhando.

Ou seja, as tentativas de colocar em prática essa ideia ainda são poucas e os resultados, inconclusivos. Resta saber se a indefinição se deve à falta de clareza de objetivos ou a falhas conceituais.

A Holanda também estuda lançar um programa assim. No experimento, alguns cidadãos de Utrecht e de cidades próximas receberão \approx 960 por mês. A Renda Básica Universal também é apoiada por grandes empresários, como Elon Musk, CEO da Tesla, e o fundador do Facebook, Mark Zuckerberg.

No Brasil, uma lei de 2004 instituiu a Renda Básica de Cidadania que garante a todos uma quantia anual em dinheiro. Como não foi regulamentada, não sabemos qual seria seu custo fiscal nem quando começaria a funcionar.

Os desafios pós-2018

Valor Econômico - 03/05/2018

Luciano Coutinho

O cenário de densa incerteza político-eleitoral instabilizou as expectativas, postergou os investimentos e enfraqueceu a recuperação da economia, que parecia engrenar. Não há, no momento, previsibilidade possível sobre o futuro

governo nem de como serão enfrentadas as questões críticas para a governabilidade econômica e política do país a partir de janeiro de 2019.

Já o cenário mundial, embora acumule riscos, tende a ser favorável nos próximos três anos. No seu Outlook de abril, o FMI projeta crescimento global de 3,9% ao ano no biênio 2018-19.

O crescimento sincronizado das grandes economias ganhou fôlego e se irradia nas suas áreas de influência. Nos EUA, a política fiscal expansionista do governo Trump vai manter a expansão do PIB em torno de 2,5% ao ano. Na União Europeia e no Japão, a frouxidão monetária ajudará a sustentar o crescimento ao redor de, respectivamente, 2,4% e 1,1% ao ano. A China, graças à sua gestão macroeconômica pragmática e determinada, deve persistir crescendo ao ritmo anual de 6,5%.

Canadá, México, Leste Europeu, economias asiáticas importantes e algumas da América Latina, Oriente Médio e África estão sendo arrastadas pelo crescimento sincronizado.

Outro fruto virtuoso desta sincronia foi a expansão do comércio internacional, de 4,9% em 2017. Com exceção dos produtos agrícolas, os preços das commodities, tais como petróleo, gás, metais e minérios, registrou aumentos expressivos, empurrando a retomada das economias exportadoras. A expectativa é que esse círculo virtuoso reforce a expansão mundial no próximo triênio.

Mas os riscos pendentes não são desprezíveis. A combinação de expansionismo fiscal com desemprego cadente nos EUA pode ressuscitar a inflação e precipitar um aperto monetário mais intenso pelo Federal Reserve. Neste cenário, os juros de longo prazo e os prêmios de risco sofreriam fortes repiques, dificultando o financiamento corporativo, o setor imobiliário, as bolsas e as economias emergentes. Repiques de risco também podem surgir em cenários de guerra protecionista ou de estresses geopolíticos no Oriente Médio.

Na verdade, o crescimento global sincronizado tende a se exaurir por processos intrínsecos. No curto prazo, o balanço entre bônus e riscos parece equilibrado. Mas, a médio prazo, os riscos são dominantes, pois, na medida em que a expansão global avance e a ociosidade industrial seja absorvida, as políticas monetárias heterodoxas precisarão ser revertidas.

Pelas razões supracitadas e pelos impasses pendentes no plano doméstico, o novo governo vai se defrontar após 2018 com condições mais desafiadoras que as enfrentadas até agora.

Qualifique-se, de saída, que em duas esferas existem ganhos que precisam ser preservados: o colchão protetor de reservas externas e, mais recentemente, a redução da inflação para patamar mais baixo.

Só que estas conquistas não serão duradouras sem um conjunto de medidas, reformas e estratégias inovadoras. No plano conjuntural, será urgente enviar ao Congresso, no início de 2019, projetos para aperfeiçoar os limites do Teto de Gastos e da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à chamada regra de ouro, que veda o endividamento público para bancar gastos correntes.

Diante do gradual envelhecimento populacional e do fim do bônus demográfico será imprescindível propor e negociar uma reforma previdenciária que amplie o tempo de contribuição e os limites de idade de modo justo. Além de repensar as fontes de financiamento da seguridade social em paralelo à reforma tributária e à gestão dos ativos públicos.

A reforma tributária é fundamental para superar a forte regressividade da estrutura atual; urge também estimular o investimento produtivo, revendo-se o IRPJ e a alocação impositiva entre setores da economia, tendo em vista imperativos de equidade e competitividade.

Uma reforma financeira deveria desindexar a dívida pública da taxa Selic, promover a competição bancária através de novas plataformas digitais e consertar as assimetrias na tributação dos ativos. A criação de fontes de funding de longo prazo deveria ser priorizada. A política monetária precisará ser aperfeiçoada com a criação de depósitos voluntários dos bancos junto ao BC e a eliminação dos resqúícios de indexação existentes, para assegurar juros perenemente baixos.

O Estado brasileiro, além disso, precisa de uma profunda renovação, incorporando sistemas digitais integrados e inteligentes em todos os serviços e funções públicas, de modo transparente e acessível aos cidadãos. A qualificação contínua dos funcionários e gestores é imperativa para a melhoria da qualidade, o planejamento e a avaliação de resultados dos programas e políticas.

É sempre bom reforçar que tais reformas não gerarão os frutos necessários sem recuperação firme e sustentada do crescimento econômico. Que, por sua vez, não virá sem um grande ciclo de investimentos em infraestruturas, em parceria com o setor privado, por meio do desenvolvimento de uma ampla carteira de projetos executivos, maduros e integrados às novas tecnologias digitais.

Por fim, mas não por último, já tarda uma estratégia de inovação de longo prazo, que responda aos desafios da 4ª Revolução Industrial, abrindo um mundo de oportunidades na indústria, na agroindústria e nos serviços, na esteira das inovações disruptivas que estão por vir e que transformarão a sociedade.

Apesar do nevoeiro político-eleitoral, os programas dos candidatos à Presidência merecem grande atenção. A agenda necessária é ampla e complexa. Ela não comporta simplismos. Nem improvisos e soluções parciais.

O Brasil é um país fechado ou um país protegido?

Valor Econômico - 03/05/2018

André Nassif

Recentemente, voltou à baila o debate sobre a conveniência de uma nova rodada de liberalização comercial unilateral da economia brasileira. Argumenta-se que uma maior exposição da economia doméstica à concorrência internacional seria fundamental para impulsionar o crescimento da produtividade agregada, que se encontra estagnada há duas décadas. Em artigos recentes na imprensa, diversos analistas pontuaram que a economia brasileira é não somente fechada ao comércio global, mas também fortemente protegida da concorrência externa. Como grau de abertura e proteção comercial não são o mesmo conceito, a fim de orientar a estratégia mais conveniente de política comercial a ser perseguida, convém examinar se o Brasil é realmente fechado, muito protegido ou ambas as coisas.

Como mostra a Tabela, mesmo que se considere o tamanho do país e a longa estagnação da economia brasileira, o Brasil é um país extremamente fechado em comparação a todos os demais, tanto pela participação das exportações como das importações de bens e serviços em relação ao PIB. Entretanto, não se pode afirmar que o Brasil é extremamente protegido, uma vez que a tarifa média incidente sobre os produtos importados é inferior à da Índia, um país em desenvolvimento similar, e à da Coreia do Sul, um país desenvolvido. E o desvio-padrão, relativamente baixo, só é superior ao da China, indicando reduzida dispersão das demais linhas tarifárias em relação à tarifa média aplicada.

Entretanto, ter um nível de proteção médio próximo ao adotado por economias similares não significa que a estrutura de proteção da economia brasileira não contenha distorções. Observe que a tarifa média aplicada pelo Brasil aos bens manufaturados é significativamente superior à dos demais países mencionados. E não apenas a tarifa mediana aplicada no Brasil (14%) é bastante superior à dos Brics e à da Coreia do Sul, mas também em 27% do universo tarifário são aplicadas tarifas de pico definidas pela Organização Mundial do Comércio - OMC (acima de 15%). Essa prática sugere que o governo tem respondido, de forma ad hoc, às pressões protecionistas de varejo, em vez de utilizar a tarifa aduaneira com um instrumento estratégico de política industrial.

Os dados sugerem ser legítima a defesa de uma nova rodada de liberalização comercial unilateral da economia brasileira, mas não que esta deva ser efetivada por meio de uma redução linear de todas as linhas tarifárias, como defendem os ultraliberais. Segundo Castilho e Miranda (2017)¹, a proteção efetiva, resultante da tarifa aplicada ao setor e aos insumos nele utilizados, é

exageradamente elevada nos setores automotivo (65%, contra uma tarifa nominal de 29,7%) e de vestuário (39,9%, contra uma tarifa nominal de 32,7%).

Esses resultados mostram que o problema do Brasil são os níveis exagerados de proteção nominal conferidos a alguns setores. No caso de bens de capital, a tarifa nominal média varia entre 8,6% (equipamentos de informática) e 31,9% (caminhões e ônibus), ao passo que no de bens intermediários, entre 5,6% (produtos químicos) e 13,8% (borracha e plástico). No setor de máquinas e equipamentos, mesmo que se argumente que diversos itens já são isentos da tarifa de importação quando há evidências de ausência de similar nacional (os ex-tarifários), o fato é que quem decide é o burocrata de plantão em consulta às associações da indústria.

Medidas de liberalização semelhantes deveriam ser aplicadas aos bens intermediários. Relativamente ao setor automotivo, depois da liberalização comercial, em 1990, a tarifa externa comum (TEC) do Mercosul incidente sobre a importação vem sendo mantida em 35%. Como não faz sentido perpetuar os elevados níveis de proteção para o setor, urge negociar junto ao Mercosul reduções graduais da TEC, como forma de expor o setor à concorrência externa. Uma economia mais aberta não significa necessariamente uma economia totalmente desprotegida.

É preciso ressaltar, porém, que tanto programas de liberalização comercial como políticas industriais voltadas para acelerar o desenvolvimento econômico só são eficazes se, e somente se, a moeda brasileira não estiver sobrevalorizada em relação a uma cesta de moedas de parceiros relevantes. Como mostra a experiência internacional, liberalização comercial e política industrial eficientes dependem de que a taxa de câmbio real seja mantida ligeiramente subvalorizada e em níveis estáveis.

1. Castilho, Marta e Miranda, Pedro (2017). "Tarifa aduaneira como instrumento de política industrial: a evolução da estrutura de proteção tarifária no Brasil no período 2004-2014 e sua comparação com outros países" In: A. Messa e I.T.M. Oliveira. A Política Comercial Brasileira em Análise: Brasília, Ipea.

Como a elite de Pequim vê o mundo **Valor Econômico - 03/05/2018**

Martin Wolf

No fim de semana participei de um diálogo entre um punhado de acadêmicos e jornalistas estrangeiros e altos funcionários governamentais, acadêmicos e empresários chineses, organizado pelo Centro Acadêmico da Universidade Tsinghua para Prática e Pensamento Econômicos da China. A discussão foi mais franca do que qualquer outra de que eu tenha participado durante os 25 anos em que venho visitando a China. Aqui estão sete proposições que nossos interlocutores nos fizeram.

A China necessita um governo central forte. Essa ideia veio acompanhada da noção de que a China é, sob diversos aspectos relevantes, uma sociedade dividida: um participante chegou a afirmar que 500 milhões de chineses amam as reformas de Deng Xiaoping, enquanto 900 milhões solidarizam-se com a visão de mundo de Mao Tsetung. Outro apontou para o fato de que o governo central gasta apenas 11% do total gasto por todos os níveis de governo e emprega apenas 4% de todos os funcionários públicos. Outros enfatizaram que a China é um país em desenvolvimento com enormes desafios pela frente.

A conclusão a que os participantes chegam é de que o Partido Comunista Chinês, com cerca de 90 milhões de membros, é essencial para a unidade nacional. No entanto, a corrupção e as lutas internas entre facções têm ameaçado a legitimidade do partido. Um alto funcionário chegou a afirmar que Xi Jinping "salvou o partido, o país e os militares". Essa perspectiva também justifica a suspensão dos limites de mandato para a Presidência, que, foi enfatizado, não significa poder perpétuo para um só homem.

Os modelos ocidentais estão desacreditados. Os chineses desenvolveram um sistema estatal dirigido por uma elite tecnocrata de burocratas altamente capacitados e sob controle do partido. Esse é o antiquíssimo sistema imperial chinês em forma moderna. A atração que a democracia ao estilo ocidental e o capitalismo de livre mercado pode ter exercido sobre essa elite definiu. Eles enfatizaram o fracasso dos Estados ocidentais em investir em seus ativos físicos ou humanos, a má qualidade de muitos de seus líderes eleitos e a instabilidade de suas economias. Um participante acrescentou que "90% das democracias criadas após a queda da União Soviética falharam". Esse risco não deve ser assumido pelos chineses.

Tudo isso intensificou a confiança no peculiar modelo chinês. Mas isso não significa um retorno a uma economia controlada. Ao contrário, como observou um participante: "Acreditamos no papel fundamental do mercado na alocação de recursos. Mas o governo precisa desempenhar um papel decisivo. Ele cria a estrutura para o mercado. O governo precisa promover o empreendedorismo e proteger a economia privada". Um participante chegou a insistir em que a nova ideia de um "líder central" poderia produzir forte liberdade governamental e econômica.

A China não quer comandar o mundo. Esse sentimento foi reafirmado repetidamente. Seus problemas internos são, na visão dos participantes, grandes demais para qualquer ambição desse tipo. De qualquer forma, o país não elaborou nenhuma visão detalhada sobre o que fazer. Mas, como insistiu um formulador de políticas sênior, no contexto específico das relações com os EUA, "devemos cooperar, enfrentar problemas compartilhados".

Um participante afirmou que "os EUA já dispararam quatro flechas contra a China: sobre o Mar do Sul da China, Taiwan, o Dalai Lama e, agora, o comércio". Esse é, portanto, um ataque sistemático. Muitos acreditam que isso vai piorar. Isso não se deve ao que a China tenha feito, mas porque os

americanos agora veem a China como uma ameaça à hegemonia econômica e militar dos EUA.

As metas americanas nas negociações comerciais são incompreensíveis. As pessoas envolvidas de perto nas negociações comerciais estão confusas com o que os EUA estão buscando. Donald Trump quer mesmo um acordo, indagam-se eles, ou seu objetivo é apenas conflito? De todo modo, altos funcionários dizem compreender e aceitar a legitimidade (e o valor, para a própria China) das demandas por melhor proteção sobre propriedade intelectual. Eles também compreendem as justificativas para liberalização unilateral, inclusive em serviços financeiros.

A China, sugeriu uma autoridade governamental, gostaria de tornar o programa Made in China 2025 um cenário em que "todo mundo sai ganhando". Mas o progresso tecnológico chinês não é negociável. Além disso, como esperar que a China reduza o desequilíbrio bilateral com os EUA se os americanos impuserem controles rígidos sobre as exportações de bens estrategicamente sensíveis e os chineses não dispuserem de infraestrutura para transportar carvão ou petróleo de forma competitiva?

A China sobreviverá a esses ataques. Os participantes chineses pareceram razoavelmente confiantes em que seu país poderá resistir aos testes que virão. Um deles observou que a China já é um grande país industrializado. Seu setor manufatureiro é quase tão grande quanto os dos EUA, Japão e Alemanha reunidos. Tem um enorme número de pessoas qualificadas. A economia também é menos dependente do comércio do que no passado.

Além disso, observou outro, as empresas americanas estão extremamente envolvidas e dependentes da economia chinesa. O povo chinês, enfatizou outro, provavelmente é mais capaz de suportar privações do que o americano. Eles também são altamente resistentes a serem intimidados pelo poder americano. De fato, a liderança chinesa não podia ignorar a opinião pública ao considerar concessões. O que quer que tenha acontecido, insistiram alguns, a ascensão da China é agora imbatível.

E mais, comentou outro participante, embora a China não possa contestar o domínio militar mundial dos EUA, não é tanto assim no Pacífico Ocidental, onde a China é cada vez mais poderosa. No longo prazo, a China desenvolverá uma força militar de "primeira classe".

Este será um ano difícil. A China e os EUA terão um relacionamento complexo e tenso no longo prazo. Mas, observou um participante: "Este será um ano de testes. Se formos na direção certa, tudo estará bem; se formos na direção errada, haverá um abalo sísmico". O progresso conseguido na questão coreana, uma área de cooperação chinesa e americana, poderá ser um prenúncio da primeira opção; atritos na esfera comercial sinalizam a segunda. O rumo tomado poderá dar nova forma a nosso mundo.

Os desafios fiscais do próximo presidente

Valor Econômico - 03/05/2018

Ribamar Oliveira

O próximo presidente da República começará o seu governo tendo que decidir, ao menos, três questões fundamentais na área fiscal: se vai manter o teto de gastos, se vai alterar a chamada "regra de ouro" e qual será a nova fórmula de reajuste do salário mínimo. As respostas do novo mandatário a essas questões terão forte repercussão política e afetarão significativamente os mercados.

Qualquer que seja o candidato eleito, ele terá que enfrentar a realidade de grande deterioração das contas públicas. Em 2019, a União registrará o sexto ano de déficit primário consecutivo, com a dívida pública crescendo sem parar, em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), pois o governo vem emitindo títulos para pagar suas despesas correntes, até mesmo as obrigatórias.

Cumprir o teto de gastos, instituído pela emenda constitucional 95, será uma empreitada difícil já em 2019. As informações que circulam na área técnica mostram que o atual governo só conseguirá elaborar uma proposta orçamentária para o próximo ano, cumprindo o limite de despesa, com a promessa de medidas restritivas adicionais, que ficarão a cargo, principalmente, do próximo presidente da República. Uma delas é adiar o aumento salarial dos servidores do Executivo previsto para janeiro. Com isso, a economia seria de R\$ 5 bilhões.

Outra medida é aprovar até o fim deste ano o projeto que reverte a desoneração da folha de pagamentos de vários setores da economia, que está parado no Congresso. Se o texto original for mantido e aprovado até setembro, o ganho fiscal previsto é de R\$ 16 bilhões (com aumento de receita e redução de despesas) no próximo ano.

Sem as duas medidas, os técnicos oficiais dizem que será necessário cortar ainda mais as chamadas despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina, exceto pessoal), que foram reduzidas ao nível de 2009. Novo corte nesses gastos poderá comprometer o funcionamento da máquina administrativa.

Em resumo, mesmo que o futuro presidente aprove medidas que reduzam despesas no próximo ano, ele continuará com grande dificuldade para cumprir o teto de gasto em 2020 e nos anos seguintes. Para entender melhor a questão é importante observar que todo o aumento no limite das despesas deste ano será consumido pelo crescimento dos gastos com benefícios previdenciários, do INSS e dos servidores.

O teto aumentou de R\$ 1,309 trilhão em 2017 para R\$ 1,348 trilhão neste ano - ou seja, o limite para o gasto da União subiu R\$ 39 bilhões. A previsão de aumento da despesa com benefícios previdenciários em 2018 supera esse valor. Os gastos com benefícios do Regime Geral de Previdência Social

(RGPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), considerando civis e militares, subirão R\$ 49 bilhões, de acordo com a publicação "Resultado do Tesouro", de março.

Isso ocorre por causa do crescimento vegetativo das despesas previdenciárias, acima de 3,5% ao ano, representado pelo aumento quantitativo dos benefícios a cada ano.

Assim, para que algumas despesas aumentem (como os gastos com educação e saúde), mesmo que apenas para manter o valor real que elas tiveram no ano anterior, outras terão que ser reduzidas. Os investimentos são sempre a vítima preferencial. O problema é que os investimentos da União chegaram ao seu nível mais baixo em décadas. É quase impossível continuar realizando cortes nesses gastos sem afetar fortemente os serviços oferecidos à população.

A dificuldade se agravará em 2020 e nos anos seguintes porque, mesmo que o novo presidente da República consiga aprovar uma proposta de reforma da Previdência razoavelmente consistente, os seus efeitos favoráveis sobre as despesas somente serão obtidos no médio e longo prazo.

Um estudo do Ministério da Fazenda, encaminhado no ano passado à CPI da Previdência do Senado, estimou uma redução de apenas R\$ 1,7 bilhão nos gastos previdenciários (RGPS e RPPS) no primeiro ano de vigência da reforma (da proposta original do governo que foi amenizada pelo Congresso). Isto ocorreria por causa das regras de transição. No segundo ano, a redução seria de R\$ 13,3 bilhões e de R\$ 31,5 bilhões no terceiro ano. Isso significa que as despesas com benefícios previdenciários continuarão crescendo muito nos primeiros anos.

A pergunta que a equipe econômica do próximo presidente fará, então, é como cumprir o teto de gastos a partir de 2020? O pior caminho será acabar com o teto antes que os problemas fiscais atuais estejam devidamente equacionados. Se isto ocorrer, os mercados certamente entrarão em uma trajetória conturbada, com grave repercussão para a recuperação da economia do país.

Nesse contexto, a aprovação de uma consistente reforma da Previdência dará autoridade ao futuro presidente para propor uma solução para o teto de gasto que seja exequível. Uma ideia talvez seja ajustar o aumento da despesa ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), como alguns chegaram a propor na época em que se discutiu a PEC do teto. Dar este passo antes da aprovação da reforma da Previdência, no entanto, poderá resultar em um desastre.

A questão da chamada "regra de ouro" parece mais fácil de resolver, pois bastará corrigir um erro cometido pelo atual governo. Quando propôs o teto para o gasto, por meio de emenda constitucional, o presidente Michel Temer deveria ter proposto mudança também da "regra de ouro". Bastaria dizer que ela seria suspensa enquanto durasse o novo regime fiscal.

Com os continuados déficits primários registrados pela União, é impossível cumprir a determinação da Constituição que manda só aumentar a dívida para pagar investimentos, pois o que está crescendo são justamente as despesas correntes obrigatórias. O ideal seria tratar estes três assuntos (teto de gastos, regra de ouro e reforma da Previdência) ao mesmo tempo.

A definição da nova regra para o salário mínimo não tem apenas a componente política. Há um aspecto fiscal relevante. Aumentos reais concedidos ao piso salarial aumentam as despesas previdenciárias e assistenciais, justamente as que se pretende reduzir. O ideal seria o próximo presidente propor uma desvinculação dos benefícios previdenciários do mínimo. Mas esta é uma batalha de grandes proporções.

Descaso

O Globo - 03/05/2018

Carlos Alberto Sardenberg

O prédio que desabou em São Paulo na última terça-feira pertencia ao governo federal, era tombado e estava cedido para uso da prefeitura paulistana. Trata-se, portanto, de um duplo descaso com o bem público e, sobretudo, com as pessoas. Não é de estranhar.

O Ministério do Planejamento acha que a União tem 655 mil imóveis. Isso mesmo, acha, porque apenas 155 mil estão devidamente cadastrados. Quanto aos demais 500 mil, tem de tudo, desde título de propriedade com problemas até terrenos e edifícios abandonados.

Mas o prédio que desabou estava na lista dos cadastrados. O governo sabia perfeitamente sua história e suas condições. Ali já funcionaram agências do INSS e da Polícia Federal. Depois, ficou abandonado e foi ocupado (e desocupado) por movimentos. Em 2015, o governo tentou vender por R\$ 25 milhões.

Não apareceu comprador. Não por causa do preço, parece, mas pelos potenciais problemas com ocupantes e ex-ocupantes. Aí o prédio continuou largado até que no ano passado, o governo federal cedeu formalmente para a prefeitura de São Paulo ali instalar uma de suas secretarias. Desde então, com a rapidez habitual, a administração municipal negociava com moradores.

Em resumo, trata-se de um bem público que valia em torno de R\$ 25 milhões, sem considerar o valor histórico, e estava simplesmente largado.

Dá para imaginar o que acontece com os demais imóveis dos governos federal, estadual e municipal pelo país afora. A Eletrobras, por exemplo, tem 800 imóveis que não utiliza. O Ministério do Planejamento começou a preparar a venda e encontrou, entre outras coisas, um cemitério e um açougue.

Melhor que abandonado, não é mesmo?

Poderiam dizer que o prédio que desabou tinha uma função social, pois servia de residência para famílias pobres. Mas reparem: só conseguia vaga na ocupação quem pagasse aluguel mensal de R\$ 400 para dois supostos coordenadores do Movimento de Luta Social por Moradia.

Aqui entra um outro fator, causador de tragédias: a irresponsabilidade desses movimentos e seus militantes. E os moradores, não seriam também irresponsáveis, já que habitam um prédio obviamente de alto risco? Sim, seriam, mas há uma atenuante: o desespero de buscar onde morar, que os leva até a aceitar os achaques dos coordenadores. Estes não têm desculpa. Por razões políticas, expõem pessoas a riscos fatais.

De todo modo, é dominante a responsabilidade do setor público. Bombeiros, por exemplo, disseram que já haviam alertado órgãos municipais sobre o risco apresentado pelo edifício. A prefeitura se defende dizendo que negociava com os moradores e que não podia pedir reintegração, porque não era a dona do prédio. E a União podia?

O fato é que há mais de cem prédios em São Paulo na mesma condição: ocupados em condições precárias.

Há problemas jurídicos, políticos e sociais. A desocupação de prédios públicos ou privados só pode ser feita mediante autorização judicial. Justiça lenta, problema prolongado. Mesmo quando os bombeiros avisam que a situação é precária, a retirada das pessoas não é imediata. E os governantes não gostam de desocupações, sempre um fato de repercussão negativa. Resultado: vai levando, deixando correr, até que ocorre uma tragédia.

Seguem-se as habituais promessas de ação.

Já seria um avanço se os governos cuidassem de seus imóveis, que são patrimônio do contribuinte. O Ministério do Planejamento pretende levantar nada menos que R\$ 9,3 bilhões vendendo apenas participações minoritárias na União em 276 mil imóveis espalhados pelo país. No estoque, terrenos e casas em condomínios de alto padrão, como o de Alphaville, em São Paulo.

Não é a primeira vez que se planeja essa megavenda. Todo governo novo diz isso. Parece que os novos gestores se sentam na cadeira, dão uma olhada nos números e se espantam: Caramba, tudo isso de imóveis? Dá uma grana!

E sempre, até aqui, pelo menos, a venda para diante de obstáculos burocráticos e interesses diversos.

E assim vai. A Rede Ferroviária Federal, extinta, ainda tem quatro mil imóveis.

Os juros e a espantosa transparência da Febraban O Globo - 03/05/2018

Ascânio Seleme

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, não podia ter sido mais claro. Na audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, na semana passada, Portugal disse que não é a falta da concorrência que mantém altos os juros bancários. “Caso não existisse competição no setor bancário, isso se refletiria em taxas de lucro abusivas, muito superiores às taxas de outros setores da economia, ou muito superiores às taxas de lucro dos setores bancários de outros países”, disse ele, segundo nota da própria Febraban.

Com incrível transparência, o presidente da instituição, nomeado para a função pelos principais banqueiros do país, admite que os bancos são inescrupulosos. Murilo Portugal disse, em outras palavras, que os bancos enfiariam mesmo a faca no consumidor de crédito, eu, você e nossos vizinhos, se não houvesse alguém fungando no seu cangote e pisando no seu calcanhar. Ocorre que a concorrência se dá entre amigos bem organizados, e os lucros dos grandes bancos são contados, ano após ano, na casa das dezenas de bilhões. Em 2017, o Itaú lucrou R\$ 25 bilhões. No primeiro trimestre deste ano, o Bradesco anunciou resultado de R\$ 5,1 bilhões.

Esses números grandiloquentes não permitem dizer que os lucros são abusivos, mas representaram margem de 23,3% no ano passado, segundo o Banco Central. Um lucro espetacular para qualquer setor da economia. Num ranking de margens feito pela “Forbes” com as 20 maiores empresas do mundo, a dos titãs do setor financeiro varia de 17,3%, do Bank of America, a 23,6%, do J.P. Morgan. Mostra que os brasileiros ocupam o topo da pirâmide global. Se comparados a outros gigantes da economia, os bancos compatriotas ganham da Apple, que tem margem de 23%, da Toyota, com 8,2%, e da Exxon, com 6,8%.

Na audiência, Murilo Portugal culpou a inadimplência alta dos tomadores de crédito como a principal razão para o enorme spread, que é a diferença entre o que os bancos pagam e o que cobram de juros de seus clientes. Enquanto grandes bancos praticam spreads de até 1,5% em países como Japão, Suécia, Nova Zelândia, Itália, Chile e Malásia, nossos conterrâneos operam com taxa de 21,5%. A inadimplência, de acordo com a Febraban, representa 55,7% do custo da intermediação financeira.

Se algumas iniciativas forem aprovadas no Congresso, o crédito pode ser expandido e o custo dos empréstimos pode cair, disse o presidente. Ele citou o PLP 441/77, que mexe no Cadastro Geral de Crédito, facilitando o conhecimento do cliente. Curioso. Por que os próprios bancos não cuidam dos seus cadastros? Ninguém melhor do que eles para conhecer a saúde

financeira de seus usuários. Bancos não precisam de autorização judicial para quebrar sigilo de correntistas e conhecem o perfil de cada um deles.

Outra explicação da Febraban para os juros estratosféricos são os custos trabalhistas e o volume de investimentos em tecnologias. Um deles existe entre vários motivos, e talvez o principal, para reduzir os gastos do outro. A tecnologia empregada reduziu mão de obra e cortou custos na medida em que digitalizou quase todas as interações entre clientes e bancos. Aliás, talvez seja por isso que os bancos perderam o controle de seus clientes e passaram a operar com uma horda de caloteiros.

Os juros também poderiam ser reduzidos se os bancos fossem poupados pelo braço forte da Receita Federal. Foi o que sugeriu o presidente da Febraban na audiência da CAE. “Outras medidas contribuiriam para a redução dos juros no Brasil, como a redução ou a eliminação de impostos na intermediação financeira”, disse Portugal aos senadores. Isso é fácil de resolver, ora, basta a União parar de cobrar impostos dos bancos. Simples.

E com mais algumas “inovações institucionais”, o problema estará solucionado. Murilo Portugal também pensou nisso. Ele disse que os senadores poderiam ajudar “a diminuir os riscos trabalhistas e legais que impactam os custos operacionais dos bancos” como parte da fórmula para reduzir os juros. Então, estamos resolvidos. Os bancos param de pagar impostos, fazem desaparecer contenciosos na Justiça do Trabalho, contornam algumas leis e, pronto, os juros caem. Genial. Como ninguém pensou nisso antes?

Governo quer mais R\$ 9 bi do FGTS para Minha Casa Minha Vida

O Globo - 03/05/2018

Para atender a um pleito dos prefeitos em ano eleitoral, o presidente Michel Temer determinou à Caixa Econômica Federal providências para anunciar mais 150 mil unidades do programa habitacional Minha Casa Minha Vida para a faixa 1,5 (destinada às famílias com renda de até 3 salários mínimos). Essa faixa conta este ano com 20 mil moradias. O problema é o custo pesado para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que arca com 90% do subsídio (que pode chegar a R\$ 45 mil) às residências. O restante vem da União.

A nova promessa custaria R\$ 9 bilhões ao FGTS, que tem sofrido com uma série de fatores, como o saque de contas inativas e piores resultados das aplicações com a queda dos juros. A medida é defendida pelo Ministério das Cidades e pela própria Caixa. Já a equipe econômica do governo é contra. Mesmo assim, o governo pretende seguir com os planos até a próxima reunião do Conselho Curador do FGTS, em 16 de maio. Com maioria no colegiado, o

Executivo tem boas chances de aprovar a ampliação da faixa 1,5 – criada na gestão de Dilma Rousseff.

Segundo fontes do Conselho Curador, Temer quer repetir o exemplo de Dilma, que usou o FGTS para transferir a fundo perdido cerca de R\$ 12 bilhões para o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), responsável pelos imóveis da faixa (renda familiar de até R\$ 1.600) em que as casas são praticamente doadas.

Já na faixa 1,5, as famílias arcam com um pedaço do financiamento. O problema é que, sem recursos sobrando para atender a nova demanda, pode faltar dinheiro para a faixa 2 (renda familiar de R\$ 2,6 mil), com subsídio bem menor, diz uma fonte do Conselho Curador.

Dois acontecimentos recentes influenciaram Temer a se voltar para a habitação. O principal deles foi o resultado ruim da pesquisa de emprego divulgada pelo IBGE na última sexta. Mas também impactou na decisão a tragédia do edifício incendiado que desabou em São Paulo na madrugada de terça-feira.

Presidente cobra crédito da Caixa

Na segunda-feira, Temer havia convocado a equipe econômica para discutir medidas para estimular a economia, que terá sua projeção oficial revisada de uma alta de 3% para 2,7% este ano. Dado o dinamismo do setor da construção civil e efeitos na geração de emprego, Temer também decidiu ampliar o crédito para habitação. Depois do encontro, o presidente da Caixa, Nelson de Souza, foi chamado para esclarecer as condições de capital do banco para atender a novas demandas.

As operações do Minha Casa Minha Vida não impactam os limites prudenciais do banco porque os subsídios funcionam como mitigador de risco. Mas fontes ligadas à Caixa afirmam que o banco vai precisar de aporte de capital para poder elevar a oferta de crédito de modo geral no mercado. Segundo essas fontes, o problema do enquadramento da instituição às novas regras de Basileia foi contornado com a apropriação do lucro obtido em 2017, mas isso ainda só permite liberação controlada de novas operações. A Caixa pressiona o Tesouro Nacional por novos aportes e também para receber um empréstimo de até R\$ 15 bilhões do FGTS. A equipe econômica, no entanto, tem se posicionado contra.

Confiança ainda é alta, mas é preciso recuperar o emprego

Correio Braziliense - 03/05/2018

O otimismo com a retomada da economia já foi maior, mas ele continua em bons níveis, segundo os indicadores da Fundação Getulio Vargas. Em abril, o Índice de Confiança do Consumidor chegou a 89,4 pontos. Há dois anos,

estava em 64,4 pontos. Entre o empresariado, a percepção é a mesma: os valores passaram de 70,4 pontos em abril de 2016 para 93,4 pontos em abril de 2018. Se comparados com os dados de março, os números de abril são piores, mas há uma explicação óbvia para isso: a dificuldade de recuperação do emprego, que teima em não voltar. O desemprego é o último obstáculo a ser superado em recessões profundas como as vividas recentemente pelo Brasil. Nos três primeiros meses de 2018, os indicadores têm oscilado, mas é consenso entre os economistas que o ambiente de negócios mais favorável vai estimular a abertura de vagas nos próximos meses. Segundo projeções da Tendências Consultoria, o Brasil deve gerar algo em torno de 1 milhão de vagas em 2018. O desafio agora é fazer a estatística virar realidade.

O otimismo inoxidável da Tramontina

O Brasil virou a página da crise. Pelo menos é o que acredita o gaúcho Clovis Tramontina, presidente da tradicional companhia que leva o sobrenome da família. Segundo o empresário, as vendas devem crescer acima de 12% neste ano, o que sustentará o plano de expansão de mais de R\$ 100 milhões, incluindo a construção de uma fábrica de porcelana em Moreno, no interior de Pernambuco. A empresa encerrou 2017 com receitas de R\$ 5 bilhões.

Firestone e Falken na briga por mais espaço

Duas poderosas empresas da indústria de pneus, a Bridgestone e a Dunlop investirão pesado na ampliação de suas marcas secundárias: Firestone e Falken, respectivamente. Em razão da baixa fidelidade dos brasileiros com os itens originais (que saem de fábrica), o mercado de reposição tem permitido o avanço de outras empresas. “Temos uma marca com 95 anos de história no Brasil e vamos trabalhar para reforçar a confiabilidade da Firestone”, afirma Fabio Fossen, presidente da Bridgestone do Brasil.

Empresa italiana acelera pagamento com código de barras

A italiana Datalogic, líder mundial na captura automática de dados, como códigos de barras, desenvolveu para o Brasil uma tecnologia inédita, batizada de Jade X7. A inovação acelera a finalização das compras dos clientes nas lojas em um processo até cinco vezes mais rápido. Segundo a empresa, a Jade X7 é capaz de registrar 100 itens por minuto. “Consumidores e varejistas brasileiros estão entre os mais abertos à inovação”, afirma o vice-presidente da Datalogic, David Suarez.

R\$ 65 bi

é quanto faturou o setor de artigos esportivos no Brasil em 2017, o suficiente para colocar o país entre os 10 maiores mercados do mundo.

“A única forma que vejo de gastar estes enormes recursos financeiros é canalizar os meus ganhos na Amazon para a viagem espacial”

Jeff Bezos, o homem mais rico do mundo, explicando por que vai investir na exploração do espaço

Rapidinhas

Lançada em julho de 2014 no Brasil, a plataforma digital de empréstimos Simplic, a primeira do segmento no país, superou a marca de 2 milhões de clientes. A julgar pelo ritmo de buscas no site, o número vai se multiplicar rapidamente: são cerca de 6 mil solicitações de empréstimos por dia. Os valores das transações variam de R\$ 500 a R\$ 3,5 mil.

O Brasil está a 3 milhões de toneladas de se tornar o maior produtor de soja do mundo, ultrapassando os Estados Unidos. Havia uma década, a diferença entre os países era de mais de 20 milhões de toneladas. Segundo especialistas, uma das explicações para a redução da diferença foi o desenvolvimento de novas tecnologias de sementes pela Embrapa, que vem sofrendo com a falta de recursos.

As sete fabricantes de máquinas agrícolas associadas à Anfavea (AGCO, Agrale, Caterpillar, CNH, John Deere, Komatsu e Volvo Construction Equipment) produziram 12 mil unidades no primeiro trimestre, alta de 0,9% na comparação com igual período do ano passado.

Os sistemas de monitoramento estão chegando a níveis impensáveis. Na China, há 170 milhões de câmeras instaladas nas ruas e a meta é chegar a 600 milhões até 2020. Há alguns dias, um suspeito de crimes financeiros foi descoberto em plena Pequim por um equipamento capaz de identificar suspeitos no meio da multidão.